Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	
5.3 - Descrição - Controles Internos	9
5.4 - Programa de Integridade	
5.5 - Alterações significativas	16
5.6 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	17
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	18
10.2 - Resultado operacional e financeiro	49
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	51
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	52
10.5 - Políticas contábeis críticas	54
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	55
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	56
10.8 - Plano de Negócios	57
10.9 - Outros fatores com influência relevante	59

5.1 – Políticas de gerenciamento dos riscos indicados no item 4.1

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

Em reunião realizada em 3 de março de 2020 os membros do nosso Conselho de Administração deliberaram pela aprovação da nossa política de gestão de riscos, a qual foi alterada em 12 de junho de 2020 ("<u>Política de Riscos</u>" e "<u>RCA 12.06.2020</u>"), que é aplicável ao Grupo d1000 Varejo Farma e estabelece os princípios e diretrizes a serem observados no gerenciamento de riscos da nossa Companhia, de modo a identificar, avaliar, prever e monitorar os riscos aos quais estamos sujeitos.

A Política de Riscos foi elaborada de acordo com as diretrizes organizacionais da nossa Companhia e tem como fundamento recomendações metodológicas mundialmente reconhecidas, dentre as quais o Gerenciamento de Riscos Corporativos ERM – Enterprise Risk Management Framework – COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission). Adicionalmente, nossa Política de Riscos tem respaldo na Instrução CVM nº 480/2009, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, e demais normas emanadas pela Autarquia, no Regulamento do Novo Mercado e em nossos Código de Ética e Regimento Interno no Comitê de Auditoria.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Riscos visa estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados pela Companhia, suas controladas e coligadas, de forma a possibilitar a identificação, a avaliação, o monitoramento e a comunicação de riscos aos administradores, permitindo a redução do grau de incerteza no alcance dos nossos objetivos e na preservação do valor e perpetuidade de nossos negócios, reduzindo os nossos níveis de exposição a perdas.

(i) riscos para os quais se busca proteção

Buscamos obter proteção para os riscos identificados no item 4.1 deste Formulário de Referência que possam oferecer impactos negativos aos objetivos traçados por nossa administração. Consideramos um risco uma ameaça de evento ou ação, externo ou interno, que possa afetar negativamente a realização dos objetivos, negócios e oportunidades de negócios das sociedades de nosso grupo ou de nossos processos. Os riscos para os quais buscamos proteção estão classificados em:

- **RISCO ESTRATÉGICO** Possibilidade de implementação de uma estratégia malsucedida ou ineficaz que fracasse em alcançar os retornos pretendidos.
- RISCO OPERACIONAL Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e ambiente tecnológico, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como de sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se fraudes internas e externas; aparecimento de novos concorrentes; aumento do preço e não renovação dos aluguéis; incapacidade de operar, ou seja, a falta de habilidade em identificar oportunidades para novos pontos de venda; a manutenção de níveis de estoque para atender a demanda das nossas lojas, bem como o recrutamento, seleção e treinamento de colaboradores; e ainda aqueles que acarretem a interrupção das atividades do Grupo d1000 Varejo Farma como abastecimento e distribuição de produtos para as lojas e falhas em sistemas e infraestruturas de tecnologia da informação.

- RISCO FINANCEIRO É qualquer risco associado às finanças do Grupo d1000 Varejo Farma, incluindo riscos de mercado, crédito e liquidez em transações financeiras. É comumente entendido como sendo o risco de uma potencial perda financeira e incerteza sobre um negócio (aquisição, desinvestimento, empréstimos, dentre outros).
- RISCO REGULATÓRIO Possibilidade de ocorrência de modificações nas regulamentações e ações de órgãos reguladores, seja em âmbito internacional ou local, podendo resultar em crescente pressão competitiva e afetar significativamente a habilidade do Grupo d1000 Varejo Farma em administrar eficientemente seus negócios.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

Após a identificação dos riscos e a classificação nas categorias descritas no item 5.1(b)(i) acima, a nossa Companhia realiza a avaliação e priorização dos riscos. Essa etapa tem como objetivo avaliar a possibilidade de um risco ocorrer e ter um impacto nos objetivos de organizações, projetos ou atividades da nossa Companhia como um todo, sendo medido em termos de gravidade das consequências e probabilidade de materialização.

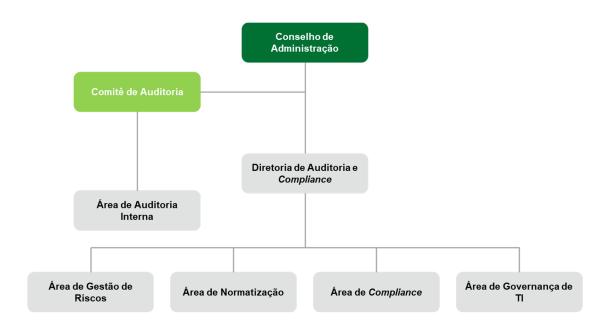
O enfoque da nossa gestão de riscos é baseado no modelo do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), padrão internacionalmente reconhecido. O processo é composto por 04 (quatro) etapas:

- a) <u>Identificação dos riscos</u>: identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- b) <u>Avaliação</u>: processo para determinar a probabilidade e o impacto para cada risco, de acordo com as respectivas respostas aos riscos;
- c) <u>Tratamento</u>: definição de tratamento a ser dado a cada risco, de acordo com a sua classificação; e
- d) <u>Monitoramento</u>: processo de verificação e supervisão executada de forma contínua, a fim de identificar mudanças de cenário, objetivos e respostas necessárias, podendo identificar novos riscos e causas.

Adicionalmente, os órgãos de nossa Companhia responsáveis pela avaliação de nossa Política de Riscos atuam de forma a aferir a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos, controles internos e governança da Companhia, definindo e avaliando continuamente a estrutura de gestão de riscos, modificando-a, quando necessário, para utilizar as melhores práticas de mercado que sejam aplicáveis à nossa Companhia.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da nossa Companhia é multidisciplinar e conta com a participação dos seguintes órgãos: (i) Conselho da Administração; (ii) Comitê de Auditoria; (iii) Área de Auditoria Interna; e (iv) Diretoria de Auditoria e *Compliance* (órgão este que conta com o auxílio das áreas de Gestão de Riscos, Normatização, *Compliance* e Governança de TI), conforme organograma abaixo:



As competências dos órgãos de nossa estrutura organizacional estão definidas conforme abaixo:

Diretoria de Auditoria e Compliance

- Cabe à Diretoria de Auditoria e *Compliance* definir a metodologia a ser utilizada no processo de gerenciamento de riscos e elaborar a proposta do apetite ao risco, conforme o apetite ao risco de nossa Companhia.
- A Diretoria de Auditoria e *Compliance* encaminhará a proposta do apetite ao risco para aprovação do Conselho de Administração.
- A Diretoria deve acompanhar de forma periódica o gerenciamento de riscos com o objetivo
 de garantir sua eficácia e o cumprimento de seus objetivos, revendo a Política de Riscos e
 submetendo adequações e melhorias para a aprovação do Conselho de Administração.
- Ainda, a Diretoria de Auditoria e *Compliance* conta com o auxílio das seguintes áreas:
 - O Gestão de Riscos: Cabe à área de Gestão de Riscos atuar visando fortalecer o ambiente de controles internos da Companhia por meio da: (i) análise de riscos e controles, (ii) proposição de melhorias nos processos da Companhia, e (iii) identificação de oportunidades que gerem valor para a Companhia.
 - Normatização: Cabe à área de Normatização suportar o Grupo d1000 Varejo Farma no desenvolvimento e revisão de suas normas e procedimentos internos, bem como divulgá-las a toda empresa.
 - O *Compliance*: Cabe à área de *Compliance* desenvolver ações que monitoramento e acompanhamento visando garantir que políticas e diretrizes organizacionais, bem como requisitos legais, estão sendo cumpridos, a fim de mitigar o risco de submissão da companha a penalidades e perdas financeiras.

O Governança de TI: Cabe à área de Governança de TI desenvolver a cultura de governança corporativa de TI da nossa Companhia, implementando controles que mitiguem os riscos inerentes aos sistemas que suportam as nossas principais atividades de negócio, bem como monitorar as principais atividades de TI.

Comitê de Auditoria

- Cabe ao Comitê de Auditoria avaliar a estrutura de gestão de riscos e os riscos da Companhia, avaliando continuamente os sistemas de identificação de riscos e os controles internos da Companhia, monitorando as exposições de risco da Companhia, recomendando melhorias sempre que necessário, em linha com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.
- O Comitê de Auditoria analisará as condições de controle de riscos às quais estamos expostos e/ou sujeitos, ponderando a qualidade e efetividade das decisões tomadas para gerir os riscos.
- Por ser órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, os pareceres do Comitê de Auditoria constituem recomendações não vinculativas ao Conselho de Administração, sendo que tais pareceres devem ser acompanhados pela análise que suporte tal decisão.

Conselho de Administração

- Respeitadas as atribuições dos demais órgãos, cabe ao Conselho de Administração aprovar
 as alterações à Política de Riscos, autorizar, se necessário, quaisquer exceções à Política de
 Riscos, definir o nível de apetite ao Risco na condução dos negócios e assegurar a aderência
 da Companhia às políticas e às estratégias de gerenciamento de Riscos estabelecidas.
- O Conselho de Administração também deve buscar a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos no Grupo d1000 Varejo Farma e assegurar recursos adequados e suficientes para a execução do gerenciamento de riscos de forma independente, objetiva e efetiva.

Área de Auditoria Interna

- A Área de Auditoria Interna é responsável por aferir qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos, controles internos e governança da Companhia, definindo e avaliando continuamente a estrutura de gestão de riscos, modificando-a, quando preciso, para utilizar as melhores práticas de mercado.
- Cabe à Área de Auditoria Interna auditar os processos e controles internos, de acordo com metodologia estabelecida, a fim de verificar o cumprimento de normas, políticas e procedimentos.
- A Área de Auditoria Interna também deve avaliar os apontamentos realizados pelos auditores externos e o grau de coordenação com as áreas envolvidas.
- Cabe à Área de Auditoria Interna fornecer ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas

Adicionalmente, adotamos o conceito das 3 (três) Linhas de Defesa para operacionalizar a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia buscando assegurar o cumprimento das diretrizes definidas, conforme apresentadas a seguir:

1ª Linha de Defesa

A 1ª Linha de Defesa busca assegurar a efetiva gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais diretas. Compete a ela:

- Gerir os riscos e controles dos processos de sua atribuição e das atividades terceirizadas relevantes sob sua coordenação, por meio de abordagens preventivas e detectivas;
- Implementar ações para mitigação e/ou monitoramento dos riscos;
- Avaliar as normas externas e internas e verificar o impacto que estas podem ter nos processos e procedimentos da Companhia e a necessidade de planos de ação para garantir a aderência; e
- Definir e implementar os planos de ação para tratamento dos riscos apontados pela Diretoria de Auditoria e *Compliance* (com o auxílio de suas áreas integrantes) e pela Área de Auditoria interna.

2ª Linha de Defesa

A 2ª Linha de Defesa dá apoio à 1° Linha de Defesa no gerenciamento dos riscos e é representada pela Diretoria de Auditoria e *Compliance* (com o auxílio de suas áreas integrantes), possuindo estrutura, avaliação e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos e o ambiente de controle do Grupo d1000 Varejo Farma. A 2ª Linha de Defesa compreende:

- A coordenação das atividades de gestão de riscos, controles internos e *compliance*, sendo independente no exercício de suas funções;
- O desenvolvimento e a disponibilização das metodologias, ferramentas e governança necessários para suportar o gerenciamento de riscos e *compliance* nas atividades do Grupo d1000 Varejo Farma;
- O apoio à 1ª Linha de Defesa na implementação de práticas eficazes de gestão dos Riscos;
- A certificação da eficiência e da eficácia do ambiente de controle da primeira linha de defesa, através do mapeamento do processo, levantamento dos riscos e controles;
- Assegurar a governança dos temas de gestão de riscos, controles internos e *compliance*, por meio da implementação da metodologia Control Self Assessment; e
- A atuação em conjunto com outras áreas de suporte da organização que, dentre suas atribuições, também possuam atividades da 2ª Linha de Defesa, como: prevenção a fraudes, segurança da informação, sustentabilidade e jurídico, dentre outras.

3ª Linha de Defesa

A 3ª Linha de Defesa é representada pela Área de Auditoria Interna, e tem como objetivo fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, sobre a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia. A 3ª Linha de Defesa compreende:

• A realização de auditorias em processos, subprocessos e rotinas críticas definidas para todo o Grupo d1000 Varejo Farma, conforme Matriz de Riscos da Auditoria e Plano Anual, este devidamente alinhado com o Diretor Financeiro e o Diretor Presidente da

Companhia;

- O acompanhamento dos planos de ação alinhados nos pareceres, de forma a garantir sua implementação;
- A identificação de novas fragilidades e processos aptos à priorização a partir dos resultados da avaliação de riscos em execução;
- A adequação ao porte do ambiente de testes substantivos ou de monitoramento contínuo a partir da identificação de novos riscos ou do agravamento dos que já foram identificados; e
- A realização, sob a coordenação do Comitê de Auditoria, de trabalhos de investigação das denúncias e reclamações recebidas, tanto pelos canais de denúncia ou comunicação do Grupo d1000 Varejo Farma, quanto diretamente pelas demais áreas da Companhia.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

O nosso Conselho de Administração entende que a Área de Auditoria Interna da Companhia possui estrutura e orçamento suficientes para o desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo menos anualmente pelo órgão, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e de nossa Política de Remuneração do Conselho de Administração, aprovada em reunião realizada em 3 de março de 2020.

A Companhia implementou a Diretoria de Auditoria e *Compliance* visando verificar a adequação destes controles e atividades atuais com as práticas e diretrizes de gerenciamento de riscos estabelecidas pela Companhia.

A Diretoria de Auditoria e *Compliance* (com o auxílio de suas áreas integrantes) é responsável por desenvolver e disponibilizar as metodologias, ferramentas e governança necessários para suportar o gerenciamento de riscos e *compliance* das atividades do Grupo d1000 Varejo Farma, e certificar a eficiência e a eficácia do ambiente de controles da Companhia.

Consideramos que nossa estrutura operacional possibilita a verificação da efetividade da Política de Riscos por meio da participação efetiva do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Área de Auditoria Interna, da Diretoria de Auditoria e *Compliance* (órgão este que conta com o auxílio das Áreas de Gestão de Riscos, Normatização, *Compliance* e Governança de TI).

5.2 – Políticas de gerenciamento dos riscos de mercado indicados no item 4.2

a. se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação

Em reunião realizada em 3 de março de 2020, os membros do nosso Conselho de Administração deliberaram pela aprovação da nossa política de gestão de riscos, a qual foi alterada em 12 de junho de 2020 ("<u>Política de Riscos</u>" e "<u>RCA.12.06.2020</u>"), que é aplicável ao Grupo d1000 Varejo Farma e estabelece os princípios e diretrizes a serem observados no gerenciamento de riscos da nossa Companhia, de modo a identificar, avaliar, prever e monitorar os riscos aos quais estamos sujeitos.

A Política de Riscos foi elaborada de acordo com as diretrizes organizacionais da nossa Companhia e tem como fundamento recomendações metodológicas mundialmente reconhecidas, dentre as quais o Gerenciamento de Riscos Corporativos ERM – Enterprise Risk Management Framework – COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission). Adicionalmente, nossa Política de Riscos tem respaldo na Instrução CVM nº 480/2009, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, e demais normas emanadas pela Autarquia, no Regulamento do Novo Mercado e em nossos Código de Ética e Regimento Interno no Comitê de Auditoria.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. riscos de mercado para os quais se busca proteção

A nossa Política de Riscos subdivide nossos riscos em quatro macro categorias: (i) riscos estratégicos; (ii) riscos operacionais; (iii) riscos financeiros; e (iv) riscos regulatórios. Dentro dos riscos estratégicos e financeiros se encontram os riscos de mercado para os quais buscamos proteção, que são aqueles que decorrem de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado e que podem ter reflexo no comportamento do consumidor, na taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, dentre outros.

Em 31 de março de 2020, o principal risco financeiro considerado pela gestão da alta administração era a taxa de juros que decorre da possibilidade de sofrermos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre nossos ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco consiste em empréstimos e financiamentos, tomados por nossa Companhia, indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e o risco de variação do CDI é parcialmente mitigado pelas nossas aplicações financeiras, também indexadas pelo CDI.

ii. estratégias de proteção patrimonial (hedge)

Para nos proteger de risco cambial patrimonial, contratamos operações de *swap* observando as mesmas datas, vencimentos e valores nocionais de nossas exposições passivas contratadas com a mesma instituição em moeda estrangeira, de forma a anular o risco cambial, substituindo-o pela variação percentual do CDI aplicada em um montante em Reais.

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

O instrumento que utilizamos para proteção patrimonial (hedge) é o indicado no item "ii" acima.

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Acreditamos gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que, esta prática possui como

principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Nesse sentido, a nossa política de gerenciamento de riscos não estabelece um parâmetro pré-definido para o gerenciamento de riscos de mercado, uma vez que são analisados caso a caso por nossos órgãos responsáveis.

v. se a Companhia opera instrumentos financeiros objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não aplicável, tendo em vista que em 31 de março de 2020 não operávamos com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Adotamos uma estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos gerais e de riscos de mercado, tendo em vista que nossa estrutura organizacional foi estruturada de forma a abranger todos os riscos aos quais estamos expostos, sendo multidisciplinar e contando ampla participação dos seguintes órgãos: (i) Conselho de Administração; (ii) Comitê de Auditoria; (iii) Área de Auditora Interna; (iv) Diretoria de Auditoria e *Compliance* (órgão este que conta com o auxílio das Áreas de Gestão de Riscos, Normatização, *Compliance* e Governança de TI).

Para verificar nossa estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos, ver item 5.1(iii) deste Formulário de Referência.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Consideramos que nossa estrutura operacional possibilita a prevenção e detecção de fraudes e erros, com o objetivo de mitigar os riscos inerentes ao negócio que desenvolvemos por meio da participação efetiva do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Área de Auditoria Interna, da Diretoria de Auditoria e *Compliance* (órgão este que conta com o auxílio das Áreas de Gestão de Riscos, Normatização, *Compliance* e Governança de TI).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 – Práticas de controle adotadas para a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis

a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A nossa Companhia possui um nível de automatização e integração de seus sistemas, que conferem maior eficiência e segurança aos processos, suportando a elaboração das demonstrações financeiras. Temos como prática a busca por uma evolução constante de nossos controles internos trabalhando com as melhores práticas para garantir, em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das nossas demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos. Para tal, a nossa Companhia e nossas controladas possuem o mesmo sistema integrado de gestão, inclusive, o módulo contábil.

A área de contabilidade da nossa Companhia valida as informações e a consistência destas com as informações acompanhadas pelos gestores durante os processos de elaboração de demonstrações financeiras e informações gerenciais. Todas as linhas de resultado de cada centro de custo são disponibilizadas para os respectivos gestores, que na análise de suas informações também contribuem para assegurar a consistência dos números reportados. Na elaboração das Demonstrações Financeiras, os sistemas de informações estão configurados para disponibilização das informações de acordo com as normas e padrões contábeis definidos pelos órgãos reguladores.

No processo de elaboração das demonstrações financeiras, as revisões e análises são realizadas primeiramente no nível de coordenação contábil, e posteriormente pelos níveis de gerência e Diretoria Financeira de cada segmento. A aprovação final das demonstrações financeiras passa ainda pelo Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores da Companhia, sendo finalmente aprovadas pelo nosso Conselho de Administração. Anteriormente à sua divulgação, as demonstrações financeiras são examinadas por auditores independentes, os quais emitem um relatório sobre a referida demonstração financeira.

Com relação às providências adotadas por nós para corrigir eventuais imperfeições nas práticas de controles internos, ressaltamos que as deficiências de controles internos são monitoradas mensalmente e, caso identificadas, são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas. Adicionalmente, também realizamos as seguintes atividades:

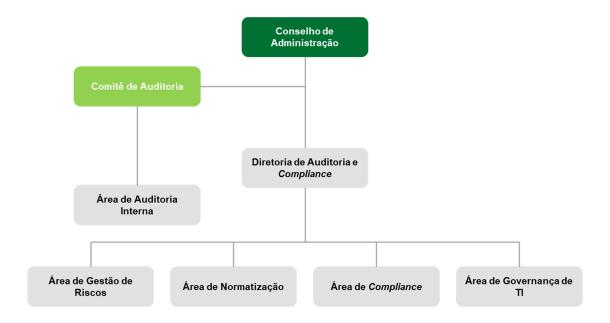
- Análise e registro de possíveis contingências;
- Verificação de consistências dos módulos por meio de conciliações;
- Revisão analítica das demonstrações financeiras; e
- Verificação comparativa entre orçado *versus* realizado por todas as áreas.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

A nossa Companhia possui uma estrutura organizacional de controles internos para assegurar a elaboração de Demonstrações Financeiras confiáveis, com o objetivo de assegurar a conformidade às normas contábeis aplicáveis e às melhores práticas de controles internos em cada área que desempenha papel relevante no fornecimento dos dados que subsidiarão as demonstrações financeiras da nossa Companhia. A referida estrutura, para tal, é composta pela (i) Gerência de Controladoria, a qual é subordinada ao Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores, (ii) Área Contábil, (iii) Área de Auditoria Interna (iv) Diretoria de Auditoria e Compliance (órgão este que conta com o auxílio das Áreas de Gestão de Riscos, Normatização, *Compliance* e Governança de TI), (v) Vice-Presidência de Finanças e de Relações com Investidores (corporativo), (vi) Conselho de Administração; (vii) Comitê de Auditoria; e (viii) Conselho Fiscal, quando instalado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A estrutura organizacional do gerenciamento corporativo está apresentada a seguir:



Para mais detalhes sobre a nossa estrutura de gestão de riscos, vide item 5.1.(iii) deste Formulário de Referência.

c. Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O grau de eficiência dos controles internos é monitorado pela Diretoria de Auditoria e *Compliance* (que conta com o auxílio das Áreas de Gestão de Riscos, Normatização, *Compliance* e Governança de TI) de nossa Companhia, através de trabalhos de auditoria interna em seus macroprocessos, monitoramento de subprocessos e rotinas críticas quanto a sua aderência a normas e procedimentos internos, avaliação e mapeamento de riscos de áreas e processos relevantes, monitoramento quanto a aderência/compliance a aspectos da legislação e atividades/projetos inerentes à governança/segurança do nosso ambiente de TI. O reporte é realizado aos nossos executivos, bem como ao nosso Conselho de Administração periodicamente. Os responsáveis por este processo são o Diretor de Auditoria e *Compliance* e a Gerente de Auditoria e *Compliance*.

Os nossos controles são constantemente avaliados a partir dos trabalhos dos departamentos envolvidos, que seguem as diretrizes da auditoria abordando os nossos principais processos.

Utilizamos o sistema SAP para atividades de gestão e controle, que facilita o fluxo de informações entre todas as nossas atividades, por meio da adoção de um banco de dados centralizado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos apontadas pelo Auditor Independente

Não foi reportado pelos auditores independentes qualquer deficiência significativa nos nossos controles internos no último relatório de recomendações enviado à nossa Companhia. Adicionalmente, os Diretores da nossa Companhia avaliaram o relatório e entenderam que não há relevância e necessidade divulgação dos comentários relativos às outras deficiências (isto é, deficiências não significatibas) identificadas pelos auditores independentes.

e. Comentários dos Diretores

Não há comentários da Administração, tendo em vista que não foram reportadas deficiências significativas no relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos.

5.4 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar

Nós implementamos em 2015 os canais de comunicação interna, disponíveis a todos os nossos "stakeholders", que devem ser utilizados para a informação de quaisquer situações que caracterizem violação ao Código de Ética da Companhia, incluindo, quaisquer suspeitas ou indícios de violação à Lei anticorrupção brasileira (Lei nº 12.846/2013), US Foreign Corrupt Pratices Act – FCPA e UK Bribery Act (UKBA), dentre outras.

- a.se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:
 - i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Nós instituímos um programa de *Compliance*, conforme norma geral NG 107.000.0, que inclui as diretrizes para revisão dos instrumentos normativos do Grupo, bem como define a estrutura, ferramentas e procedimentos utilizados para adequada gestão de riscos do Grupo. Dentre os instrumentos que também suportam este processo destacamos o nosso Código de Ética, a norma geral NG 107-001.1 – Politica Anticorrupção e a NG 107.000.0 – Programa de *Compliance*.

O processo contínuo de avaliação de riscos da companhia compreende, dentre outras ações:

- A disponibilização de canais de comunicação a todos acionistas, administradores, gestores, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço, clientes, parceiros comerciais e comunidade em geral;
- A implementação de processo investigatório para as ocorrências recebidas;
- A adoção de um processo contínuo de gestão normativa, que objetiva a criação e revisão de normas e procedimentos formais, referentes aos mais diversos processos do grupo, bem como a divulgação a todos os colaboradores;
- A realização de análises de riscos e levantamento/avaliação de controles internos inerentes aos mais diversos processos do Grupo, conforme planejamento anual previamente definido e metodologia especifica, definida no procedimento PR 107-002.1 - Mapeamento de processos e análise de riscos.
- O desenvolvimento de ações de treinamento referentes ao Código de Ética e Política Anticorrupção pela área de Recursos Humanos e Auditoria e *Compliance*.
- A realização de diligencia em seus fornecedores, conforme procedimentos internos, de forma a obter informações sobre sua conduta, a fim de assegurar a contratação de empresas idôneas, à luz da legislação anticorrupção brasileira vigente, através da avaliação prévia do histórico e respectivo perfil destas empresas.
- O atendimento a diligências da indústria farmacêutica, com fornecimento de subsidio documental e informações sobre nossas práticas de governança, controles internos e negócio do Grupo.
- A realização de diligências quando da existência de projetos de fusões e aquisições no Grupo d1000.
- A realização de auditorias em processos, subprocessos e rotinas críticas definidas em todo o Grupo d1000, conforme Matriz de Riscos da Auditoria e Plano Anual, este devidamente alinhado com o CEO e Conselho de Administração do Grupo Profarma.

- O desenvolvimento do processo de *follow-up dos* planos de ação gerados a partir das auditorias internas e trabalhos de análise de riscos realizados, dentre outros.
- A realização de projetos de governança de TI que, dentre outros, tem por objetivo a
 melhoria da segurança das informações mantidas em nosso ambiente informacional,
 a eficácia dos controles internos suportados por ferramentas automatizadas de TI e a
 mitigação do risco de evasão de informações estratégicas, relevantes e confidenciais
 da empresa.
- A realização de processo contínuo de avaliação de aderência (compliance) de nossos CDS e processos internos à aspectos regulatórios, legislação trabalhistas, dentre outros.

A partir destas e de outras ações desenvolvidas anualmente, as normas e procedimentos internos são aprimorados ou revisados, bem como novos instrumentos normativos são criados, a fim de garantir o contínuo aprimoramento e eficácia de nosso processo mitigatório de riscos organizacionais. Como exemplo, podemos citar a recente revisão da Política de Alçadas e Delegação de Autoridade e da Política de Viagens.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Toda nossa estrutura organizacional é mandatoriamente envolvida e comprometida com aplicação dos mecanismos e procedimentos de integridade do Grupo. Destacamos a Diretoria de Auditoria e *Compliance* do Grupo Profarma, criada em novembro de 2014, com aprovação do Conselho de Administração do Grupo, que tem como principal atribuição a implementação do programa de *Compliance*. Suas atribuições compreendem, dentre outros, a realização de auditorias internas nos processos e áreas de todas as empresas do Grupo Profarma, a gestão dos canais de comunicação e denúncia, o desenvolvimento dos processos investigatórios, a realização de análises de risco e mapeamento de controles também em todas as áreas e processos do Grupo, incluindo análises visando a adequação da empresas às premissas da Lei anticorrupção brasileira nº 12.846/2013, FCPA e UKBA, o desenvolvimento de instrumentos normativos visando suportar os processos organizacionais, a implementação de projetos de governança de TI, a realização do processo de controle e monitoramento quanto à implantação dos planos de ação oriundos destes trabalhos ("Follow-up") e o desenvolvimento da ações de monitoramento quanto a aderência das empresa (compliance) a aspectos regulatórios, trabalhistas.

A Diretoria de Auditoria e *Compliance*, que compreende as nossas Áreas de Gestão de Riscos, Normatização, *Compliance* e Governança de TI, é responsável pela função de *compliance* de nossa Companhia e atua na avaliação dos controles internos, visando verificar a adequação destes controles e atividades atuais com as práticas e diretrizes de gerenciamento de riscos estabelecidas pela Companhia.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

 se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

A nossa Companhia possui um Código de Ética formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em 3 de março de 2020 e alterado em 12 de junho de 2020, que também é aplicável a

todos de nosso Grupo: membros do Conselho de Administração e de nossa Diretoria, colaboradores, estagiários, fornecedores, prestadores de serviços, clientes e qualquer pessoa agindo em nome do nosso Grupo d1000 Varejo Farma. O Código de Ética serve de diretriz para todas as políticas e normas vigentes.

 se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Todos os nossos Diretores, Conselheiros e Colaboradores são anualmente orientados quanto às premissas estabelecidas no Código de Ética pela Diretoria de Recursos Humanos, com suporte e participação da Diretoria de Auditoria e *Compliance*.

 as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O nosso Código de Ética estabelece as regras de conduta ética e define as condutas intoleráveis que estão sujeitas a sanções e medidas disciplinares. As infrações ao código são analisadas pelo Comitê de Ética que define as medidas disciplinares a serem aplicadas, conforme previsto no referido Código, que compreendem desde a aplicação de advertências formais e desligamento por justo motivo de infratores, até a tomada de medidas legais, conforme gravidade da infração.

• órgão que aprovou o Código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nosso Código de Ética foi formalmente aprovado por nosso Conselho de Administração em 3 de março de 2020 e alterado em 12 de junho de 2020. O referido Código está disponível no website de relações com investidores da Companhia (www.d1000varejofarma.com.br/ri), no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

• se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

Os nossos canais de comunicação e denúncia são geridos internamente, pela própria Diretoria de Auditoria e *Compliance*, que inclui as Áreas de Gestão de Riscos, Normatização, *Compliance* e Governança e TI).

• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

Os canais de comunicação e denúncia estão disponíveis a todos os *stakeholders* do Grupo, incluindo, acionistas, fornecedores, prestadores de serviços, clientes, empregados e comunidade em geral. A nossa Companhia disponibiliza os seguintes canais para a realização de denúncias:

- Fale com o Presidente falecomopresidente@d1000varejofarma.com.br
- Fale com a Auditoria canal.auditoria@d1000varejofarma.com.br
- Disque Denúncia 0800 024 3000
- Comitê de Ética comite.etica@d1000varejofarma.com.br
- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O nosso Código de Ética estabelece que o anonimato dos denunciantes é garantido e que, sob nenhuma circunstância, quaisquer denúncia servirá como base para retaliação ou intimidação de qualquer colaborador.

O uso de qualquer um de nossos canais não exige que os denunciantes se identifiquem permitindo aos mesmos que mantenham-se anônimos.

• órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Todas as ocorrências recebidas através dos canais de comunicação são direcionadas automaticamente para nossa Diretoria de Auditoria e *Compliance*, que qualifica individualmente cada ocorrência e define, com o suporte do nosso Comitê de Ética, as tratativas a serem adotadas a cada uma delas. Conforme teor de cada denúncia, reclamação, solicitação ou sugestão recebida, são definidas as ações a serem tomadas e as áreas responsáveis, sendo que todas as ocorrências são monitoradas até a sua conclusão pela Diretoria de Auditoria e *Compliance*.

As ocorrências que, devido ao seu teor e complexidade, exigem a realização de investigações, são tratadas pela Diretoria de Auditoria e *Compliance*, que tem a responsabilidade de definir o respectivo Plano de Investigação, proceder com a condução do processo investigativo, concluir sobre a procedência ou não da ocorrência, definir controles mitigatórios, quando aplicável, e reportar os resultados à alta administração.

O nosso Comitê de Ética tem relevante participação neste processo e, conforme teor das ocorrências, delibera sobre as ações a serem tomadas e respectivas medidas disciplinares a infratores, quando aplicável.

Para suportar este processo, possuímos instrumentos normativos que formalmente estabelecem suas premissas, dentre os quais destacamos o nosso Código de Ética, o procedimento PR 107-001.1 - Apuração de Denúncias, a norma geral NG 100-003.0 – Politica Anticorrupção e a NG 107.000.0 – Programa de *Compliance*.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Conforme estabelecido na NG 107.000.0 – Programa de *Compliance*, nós adotamos a prática de condução de *due diligences*, com o adequado suporte especializado, em projetos de fusão e aquisições. A NG 107-001.1 – Política Anticorrupção também prevê que em todas as oportunidades de fusões e aquisições, deveremos realizar um processo criterioso de diligência legal, incluir cláusulas anticorrupção adequadas nos documentos da transação, e considerar outras opções disponíveis para evitar a sucessão de passivos anteriores à operação.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável.

PÁGINA: 15 de 63

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos.

PÁGINA: 16 de 63

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não estejam mencionadas na seção 5 deste Formulário de Referência.

PÁGINA: 17 de 63

10.1 - Comentários dos Diretores

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e às informações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos períodos de três meses findo em 31 de março de 2020 e 2019, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("<u>IASB</u>").

Conforme descrito neste item 10.1 e nos itens 4.1, 7.1, 10.8 e 10.9 deste Formulário de Referência, a pandemia do COVID-19 poderá afetar de forma material e adversa nossos negócios, condições financeiras, resultado das operações e nosso fluxo de caixa.

Esses eventos adversos impactaram em maior grau as nossas operações nos meses de abril, maio e junho de 2020, ou seja, meses relacionados ao segundo trimestre de 2020. Por essa razão, os impactos financeiros da pandemia do COVID-19 ainda não estão devidamente dimensionados neste Formulário de Referência, visto que nós ainda não preparamos nossas informações financeiras trimestrais referentes ao segundo trimestre de 2020. Dessa forma, na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar a extensão dos impactos do COVID-19, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da nossa Companhia continuar operando nossos negócios. Não obstante, é importante destacar que o mercado de atuação da nossa Companhia – o varejo farmacêutico – já apresentou em cenários pretéritos de crise considerável resiliência, tendo em vista a essencialidade dos produtos comercializados.

Desde o fechamento temporário de 27 lojas, a maioria das quais localizadas em shoppings fechados em razão de ações governamentais adotadas, temos adotado medidas preventivas, incluindo, mas não se limitando, a reduzir despesas, buscar novas linhas de crédito para reforçar nosso capital de giro e aumentar as vendas através do nosso sistema de *call center/delivery*. Acreditamos que essas medidas e nossa posição financeira atual são adequadas para garantir o cumprimento de nossas obrigações de longo e curto prazos e, embora não tenhamos no momento motivos para acreditar que não seremos capazes de continuar operando nossos negócios, a administração entende que a pandemia do COVID-19 poderá trazer efeitos adversos relevantes no nosso resultado.

Monitoramos diariamente o faturamento de nossas operações, o que nos possibilita antever, em certa medida, o impacto da pandemia do COVID-19 em nossas atividades. No segundo trimestre de 2020, em comparação o mesmo trimestre de 2019, tivemos uma queda de aproximadamente 24,3% em nossas vendas. Dessa forma, a nossa administração acredita que o resultado líquido referente ao período de três meses findo em 30 junho de 2020 foi impactado negativamente e de forma relevante.

As informações constantes deste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da d1000 Varejo Farma Participações S.A. ("Companhia" ou "d1000"), disponíveis no website da Companhia (www.d1000varejofarma.com.br/ri) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a nossa Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de

suas atividades nos próximos doze meses. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e através de recursos de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2017, a nossa Companhia apresentava um saldo de empréstimos (circulante e não circulante) de R\$287,0 milhões e um saldo de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros de R\$46,7 milhões. A Dívida Líquida de R\$240,3 milhões era igual a 1.232,4 vezes o EBITDA Ajustado, tendo em vista que o EBITDA Ajustado gerado foi próximo a zero, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Já em 31 de dezembro de 2018, a nossa Companhia melhorou os seus resultados e apresentou um saldo de empréstimos (circulante e não circulante) de R\$191,5 milhões e um saldo de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros de R\$60,6 milhões. A Dívida Líquida de R\$130,9 era igual a 3,9 vezes o EBITDA Ajustado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019, a nossa Companhia apresentava um saldo de empréstimos (circulante e não circulante) de R\$218,7 milhões e um saldo de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros de R\$53,7 milhões. Nesse sentido, a Dívida Líquida de R\$165,0 milhões equivalia a 6,5 vezes o EBITDA Ajustado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de março de 2020, a nossa Companhia apresentava um saldo de empréstimos (circulante e não circulante) de R\$319,0 milhões e um saldo de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros de R\$113,9 milhões. Nesse sentido, a Dívida Líquida de R\$205,0 milhões equivalia a 7,8 vezes o EBITDA Ajustado LTM do período findo em 31 de março de 2020.

O aumento do índice de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado no período de três meses findo em 31 de março de 2020 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 está intrinsicamente ligada ao aumento da Dívida Bruta, parcialmente compensado pela evolução do EBITDA Ajustado LTM no mencionado período. A melhora do EBITDA Ajustado LTM no mesmo período é explicada por uma melhora na nossa eficiência operacional.

Em 11 de novembro de 2016 assumimos o controle da Rosário, uma rede de drogaria localizada no Centro-Oeste do país com 150 lojas que estava com algumas lojas deficitárias, com margem de contribuição por loja negativas. Da data de aquisição até 31 de março de 2020, 77 lojas deficitárias foram fechadas. Adicionalmente, adotamos um plano de otimização e sinergias operacionais, tanto no nível de lojas, quanto nas áreas corporativas que resultou na significativa redução em valores absolutos nas despesas operacionais totais de R\$408,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$362.9 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Já nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019, as despesas operacionais totalizaram R\$85,6 milhões e R\$81,0 milhões, respectivamente, incremento que acompanhou o aumento da Receita Bruta no mesmo período.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, realizamos aumentos de capital no valor total de R\$234,1 milhões. A maior parte dos recursos foi utilizada para a amortização de empréstimos da Companhia, o que resultou em uma diminuição de R\$110,8 milhões no saldo da Dívida Líquida entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2018.

Em 31 de março de 2020, a nossa Dívida Líquida montava de R\$205,0 milhões, representando um aumento de R\$40,1 milhões ou 24,3% em relação à Dívida Líquida registrada em 31 de dezembro de 2019, que era de R\$165,0 milhões. Este aumento decorreu dos investimentos feitos para ampliação, reforma e abertura de 2 lojas que totalizaram R\$5,0 milhões, do aumento do estoque em R\$12,6 milhões e do contas a receber em R\$12,4 milhões.

No período de três meses findo em 31 de março de 2020, nosso índice de liquidez corrente (calculado pelo ativo circulante/passivo não circulante) foi de 1,0. Em 31 de dezembro de 2019, apresentamos um índice de liquidez corrente de 0,8 (1,0 e 0,9 em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respectivamente). A piora do nosso índice de liquidez corrente entre 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 decorreu principalmente do aumento da nossa Dívida Líquida.

b. Estrutura de capital

No período de três meses findo 31 de março de 2020, o patrimônio líquido da Companhia foi de R\$459,8 milhões, R\$6,3 milhões menor em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 que foi de R\$466,0 milhões. Tal redução decorreu principalmente do prejuízo do período de três meses findo em 31 de março de 2020 de R\$6,3 milhões

No exercício social de 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia foi de R\$491,6 milhões, R\$234,3 milhões maior que o mesmo período do ano de 2017. Este aumento decorre dos aumentos de capital realizados ao longo do ano de 2018 no valor de R\$234,1 milhões.

A nossa estrutura de capital apresentou as seguintes características:

Em 31 de março de 2020: 38,4% capital próprio e 61,6% capital de terceiros

Em 31 de dezembro de 2019: 42,5% capital próprio e 57,5% capital de terceiros

Em 31 de dezembro de 2018: 48,4% capital próprio e 51,6% capital de terceiros

Em 31 de dezembro de 2017: 25,6% capital próprio e 74,4% capital de terceiros

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital:

	Período de três	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	meses findo em	(em R\$mil)					
	31/03/2020	2019	2018	2017			
Capital de Terceiros	738.222,00	629.594,00	523.320,00	749.035,00			
Capital Próprio	459.755,00	466.049,00	491.570,00	257.269,00			

	Período de três meses findo em	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em R\$mil)					
	31/03/2020	2019	2018	2017			
Empréstimos e Financiamentos (Passivo Circulante)	218.555,00	131.416,00	104.094,00	267.630,00			
Empréstimos e Financiamentos (Passivo Não Circulante)	100.424,00	87.283,00	87.430,00	19.400,00			
Dívida Bruta (1)	318.979,00	218.699,00	191.524,00	287.030,00			
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-59.767,00	-49.166,00	-57.619,00	-46.705,00			
(-) instrumentos financeiros (Ativo Circulante e Não Circulante)	-54.169,00	-4.575,00	-2.968,00	-			
Dívida Líquida	205.043,00	164.958,00	130.937,00	240.325,00			

⁽¹⁾ A Dívida Bruta corresponde a soma de nossos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossos Diretores acreditam que possuímos capacidade de pagamento de todos os nossos compromissos financeiros de curto e longo prazo, tendo em vista a geração de caixa operacional, a administração do capital de giro e as linhas de crédito junto aos bancos para financiamento de eventuais necessidades. Acompanhamos de perto nosso índice de liquidez geral e, levando em consideração nossa evolução, acreditamos em nossa saúde financeira de longo prazo, cumprindo com todas as obrigações para os próximos 12 meses.

Em 31 de março de 2020 apresentamos um índice de liquidez geral (ativo total/ passivo total) de 1,6 (1,7, 1,9 e 1,3 em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 respectivamente). A melhora do nosso índice de liquidez geral de 31 de dezembro de 2017 para 31 de março de 2020 decorreu da redução do endividamento como resultado da melhora operacional da Companhia e dos aumentos de capital realizados em 2018.

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital:

	Período de três	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	meses findo em	(em R\$mil)					
	31/03/2020	2019	2018	2017			
Capital de Terceiros	738.222,00	629.594,00	523.320,00	749.035,00			
Capital Próprio	459.755.00	466.049.00	491.570.00	257.269.00			

	Período de três	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	meses findo em	(em R\$mil)					
	31/03/2020	2019	2018	2017			
Ativo Total	1.197.977	1.095.643	1.014.890	1.006.304			
Passivo Total	738.222	629.549	523.320	749.035			
Índice de Liquidez Geral	1,6	1,7	1.9	1,3			

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos nãocirculantes utilizadas

Temos financiado nossas operações, capital de giro e despesas de capital, principalmente com caixa líquido gerado por nossas atividades operacionais (venda de medicamentos, produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos e produtos de conveniência), empréstimos de instituições financeiras e aportes de capital.

No curso ordinário de nossos negócios, nós utilizamos nossa geração de caixa, principalmente, para financiar nossa necessidade de capital de giro, cumprir nossas obrigações (pagamento de dívida), investir em melhorias na nossa operação e abrir novas lojas.

Nossos empréstimos em aberto em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estão detalhados abaixo no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Administração não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportados com os recursos atuais ou futuros dos quais a nossa Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a nossa Companhia pretende captar recursos junto a instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e suas características.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os Diretores da nossa Companhia reportaram que em 31 de março de 2020, o saldo dos empréstimos e financiamentos da nossa Companhia era de R\$67,3 milhões (R\$64,1 milhões em 31 de dezembro

de 2019, R\$66,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$72,3 milhões em 31 de dezembro de 2017), em Real e indexados ao CDI.

Nossa Dívida Líquida é calculada pela soma dos nossos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, e totalizou R\$205,0 milhões em 31 de março de 2020 (R\$165,0 milhões, R\$130,9 milhões e R\$240,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente).

Em 31 de março de 2020, a composição consolidada dos empréstimos e financiamentos da nossa Companhia e subsidiárias junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir (a coluna total representa o saldo total do empréstimo liquido do custo a apropriar):

					31 de março	de 2020					
					Em F	R\$					
Empresa	Credor	Moeda	Taxa de Juros	Garantia	Vencimento	Taxa efetiva	Custo da transação	Custo à apropriar	Principal	Juros	Total
CSB	BANCO CCB	Dolar	CDI+ 3,10% a.a.	Aval Profarma	28/01/2022	6,95% a.a.	3.570.604,16	3.570.604,16	9.000.000	3.570.604	12.570.604
CSB	ABC BANK	Real	CDI + 2,85% a.a.	40% duplicatas Profarma	03/11/2020	6,70% a.a.	1.625.210,09	1.625.210,09	4.666.667	1.625.210	6.291.877
CSB	ABC BANK	Euro	145% CDI	40% duplicatas Profarma	17/08/2020	5,40% a.a.	-11.815,75	- 11.815,75	3.333.334	- 11.816	3.321.518
CSB	Safra	Dolar	CDI + 2,37% a.a.	60% duplicatas Profarma	24/10/2022	6,2% a.a.	3.925.167,59	3.925.167,59	11.500.000	3.925.168	15.425.168
CSB	Safra	Dolar	142,45% CDI	60% duplicatas Profarma	30/08/2022	5,34% a.a.	1.633.554,23	1.633.554,23	5.000.000	1.633.554	6.633.554
CSB	Banco do Brasil	Real	128% CDI	56% duplicatas Profarma	07/08/2020	4,80% a.a.	13.219,19	13.219	5.030.250	13.219	5.043.469
CSB	Santander	Real	CDI + 2,58% a.a.	50% duplicatas Profarma	19/04/2021	6,41% a.a.	35.078,85	35.078,85	3.125.000	35.079	3.160.079
CSB	Safra	Dolar	CDI+1,84%	60% duplicatas Profarma	14/08/2020	5,65% a.a.	1.606.404,06	1.606.404,06	8.200.000	1.606.404	9.806.404
CSB	Itau	Euro	CDI+ 1,90% a.a.	50% duplicatas Profarma	31/07/2020	5,71% a.a.	2.520.367,57	2.520.367,57	10.800.000	2.520.368	13.320.368
CSB	Itau	Euro	CDI+1,95%a.a.	50% duplicatas Profarma	08/09/2020	5,76% a.a.	607.248,35	607.248,35	6.000.000	607.248	6.607.248
Tamoio	Itau	Dolar	CDI+ 2,92% a.a.	50% duplicatas Profarma	11/06/2021	6,77% a.a	4.648.317,33	4.648.317,33	12.000.000	4.648.317	16.648.317
Tamoio	Itau	Euro	CDI + 2,9% a.a.	70% duplicatas Profarma	16/09/2020	6,74% a.a.	614.579,27	614.579,27	7.500.000	614.579	8.114.579
Tamoio	Santander	Real	CDI + 2% a.a.	50% duplicatas Profarma	29/11/2021	5,81% a.a.	10.925,65	10.925,65	3.500.000	10.926	3.510.926
Rosário	Guanabara	Real	CDI+3% a.a.	Aval Profarma	16/01/2023	6,85% a.a.	31.426	31.426	12.063.449	31.426	12.094.874
Rosário	ABC BANK	Real	CDI + 2,60% a.a	40% duplicatas Profarma	04/08/2020	6,44% a.a.	37.267	37.267	4.000.000	37.267	4.037.267
Rosário	ABC BANK	Real	CDI + 2,60% a.a	40% duplicatas Profarma	06/07/2020	6,44% a.a.	21.415	21.415	3.333.333	21.415	3.354.748
Rosário	Banco BBM	Dolar	CDI + 2,51% a.a.	Aval Profarma	01/03/2021	6,34% a.a.	1.072.285	1.072.285	2.666.668	1.072.285	3.738.953
Rosário	Banco BBM	Dolar	CDI + 2,03% a.a.	40% duplicatas Profarma	14/12/2020	5,85% a.a.	1.150.098	1.150.098	5.625.000	1.150.098	6.775.098
Rosário	Banco BBM	Dolar	CDI + 2,18%a.a.	40% duplicatas Profarma	09/11/2020	6,05% a.a.	739.204	739.204	1.875.000	739.204	2.614.204
Rosário	BANCO CCB	Dolar	CDI + 3,10% a.a.	Aval Profarma	14/01/2022	6,96% a.a.	2.638.798	2.638.798	10.000.000	2.638.798	12.638.798
Rosário	BANCO CCB	Dolar	CDI + 3,10% a.a.	Aval Profarma	12/12/2022	6,96% a.a.	7.818	7.818	2.000.000	7.818	2.007.818
Rosário	Bradesco	Dolar	CDI + 2,10% a.a.	50% duplicatas Profarma	18/10/2022	5,92% a.a.	5.607.060	5.607.060	20.000.000	5.607.060	25.607.060
Rosário	Bradesco	Dolar	134% CDI	50% duplicatas Profarma	21/05/2021	5,02% a.a.	3.808.798	3.808.798	9.261.000	3.808.798	13.069.798
Rosário	Bradesco	Dolar	CDI + 1,50% a.a.	50% duplicatas Profarma	07/08/2023	5,03% a.a.	- 60.403	- 60.403	10.000.000	- 60.403	9.939.597
Rosário	Bradesco	Dolar	CDI+1,90%a.a.	50% duplicatas	17/08/2020	5,71% a.a.	3.543.224	3.543.224	18.374.174	3.543.224	21.917.398

				Profarma							
Rosário	Itau	Dolar	CDI + 2,70%a.a.	50% duplicatas Profarma	24/05/2021	6,54% a.a.	2.358.677	2.358.677	4.800.000	2.358.677	7.158.677
Rosário	Itau	Euro	CDI + 2,85% a.a.	50% duplicatas Profarma	10/06/2020	6,70% a.a.	938.595	938.595	3.000.000	938.595	3.938.595
Rosário	Itau	Euro	CDI + 1,90%a.a.	50% duplicatas Profarma	07/08/2020	5,71% a.a.	1.092.049	1.092.049	5.000.000	1.092.049	6.092.049
Rosário	Itau	Euro	CDI +4,5% a.a.	50% duplicatas Profarma	16/09/2020	8,04% a.a.	- 40.766	- 40.766	5.000.000	- 40.766	4.959.234
Rosário	Safra	Dolar	CDI + 3,10% a.a.	60% duplicatas Profarma	07/07/2021	6,96% a.a.	1.754.024	1.754.024	3.250.000	1.754.024	5.004.024
Rosário	Safra	Dolar	CDI + 3,30% a.a.	60% duplicatas Profarma	09/09/2021	7,16% a.a.	805.816	805.816	1.700.000	805.816	2.505.816
Rosário	Safra	Dolar	CDI + 2,75% a.a.	60% duplicatas Profarma	11/01/2021	6,60% a.a.	1.217.027	1.217.027	2.425.000	1.217.027	3.642.027
Rosário	Safra	Dolar	CDI + 2,85% a.a.	60% duplicatas Profarma	17/02/2021	6,70% a.a.	1.538.826	1.538.826	3.000.000	1.538.826	4.538.826
Rosário	Safra	Dolar	CDI + 2,84% a.a.	60% duplicatas Profarma	15/03/2021	6,68% a.a.	680.678	680.678	1.499.614	680.678	2.180.291
Rosário	Safra	Dolar	142,45% CDI	60% duplicatas Profarma	30/08/2022	5,34% a.a.	3.273.759	3.273.759	10.000.000	3.273.759	13.273.759
Rosário	Safra	Dolar	CDI + 2,38% a.a.	60% duplicatas Profarma	03/11/2022	6,12% a.a.	1.670.255	1.670.255	5.700.000	1.670.255	7.370.255
Rosário	Safra	Dolar	CDI + 2,62% a.a.	60% duplicatas Profarma	29/12/2022	6,46% a.a.	3.393.972	3.393.972	10.000.000	3.393.972	13.393.972
Rosário	Santander	Real	CDI + 2,43% a.a.	40% duplicatas Profarma	14/05/2021	6,26% a.a.	854.426	854.426	3.250.000	854.426	4.104.426
Rosário	Santander	Real	CDI + 2,58% a.a.	40% duplicatas Profarma	19/04/2021	6,41% a.a.	- 788.929	- 788.929	4.875.000	-788.929	4.086.071
Rosário	Santander	Real	CDI + 2,75% a.a.	40% duplicatas Profarma	09/11/2020	6,50% a.a.	26.664	26.664	2.400.000	26.664	2.426.664
Rosário	Santander	Real	CDI + 2,32% a.a.	40% duplicatas Profarma	07/08/2020	6,15% a.a.	55.421	55.421	6.000.000	55.421	6.055.421
Total											318.979.829

					31 de dezem	bro de 201	9				
					Em	R\$					
Empresa	Credor	Moeda	Taxa de Juros	Garantia	Vencimento	Taxa efetiva	Custo da transação	Custo à apropriar	Principal	Juros	Total
CSB	BANCO CCB	Dólar	CDI+ 3,10% a.a.	Aval Profarma	28/01/2022	7,6% a.a.	765.000,00	765.000,00	10.000.000	765.000	10.765.000
CSB	ABC BANK	Real	CDI + 2,85% a.a.	40% duplicatas Profarma	03/11/2020	7,35% a.a.	193.000,00	193.000,00	6.667.000	193.000	6.860.000
CSB	ABC BANK	Euro	145% CDI	40% duplicatas Profarma	17/08/2020	6,5% a.a.	311.000,00	311.000,00	4.667.000	311.000	4.978.000
CSB	Safra	Dólar	CDI + 2,37% a.a.	60% duplicatas Profarma	24/10/2022	6,87% a.a.	250.000,00	250.000,00	11.500.000	250.000	11.750.000
CSB	Safra	Dólar	142,45% CDI	60% duplicatas Profarma	30/08/2022	6,39% a.a.	49.000,00	49.000,00	5.000.000	49.000	5.049.000
CSB	Banco do Brasil	Real	128% CDI	56% duplicatas Profarma	07/08/2020	5,74% a.a.	94.000,00	94.000,00	10.000.000	94.000	10.094.000
CSB	Santander	Real	CDI + 2,58% a.a.	50% duplicatas Profarma	19/04/2021	7,08% a.a.	48.000,00	48.000,00	3.750.000	48.000	3.798.000
Tamoio	Itaú	Dólar	CDI+ 2,92% a.a.	50% duplicatas Profarma	11/06/2021	7,42% a.a	1.147.904,00	1.147.904,00	12.000.000	1.149.904	13.149.904
Tamoio	Itaú	Euro	CDI + 2,81% a.a.	70% duplicatas Profarma	16/03/2020	7,31% a.a.	322.518,00	322.518,00	6.839.000	322.518	7.161.518
Tamoio	Santander	Real	CDI + 2% a.a.	50% duplicatas Profarma	31/08/2021	6,5% a.a.	37.128,00	37.128,00	4.000.000	37.128	4.037.128
Rosário	ABC BANK	Real	CDI + 2,60% a.a	40% duplicatas Profarma	04/08/2020	7,10% a.a.	254.331,99	254.331,99	6.667.000	254.332	6.921.332
Rosário	ABC BANK	Real	CDI + 2,60% a.a	40% duplicatas Profarma	06/07/2020	7,10% a.a.	247.758,00	247.758,00	8.000.000	247.758	8.247.758
Rosário	Banco BBM	Dólar	CDI + 2,51% a.a.	Aval Profarma	01/03/2021	7,01% a.a.	345.000,00	345.000,00	3.333.000	345.000	3.678.000
Rosário	Banco BBM	Dólar	CDI + 2,03% a.a.	40% duplicatas Profarma	12/12/2020	6,53% a.a.	290.968,00	290.968,00	7.500.000	290.968	7.790.968
Rosário	Banco BBM	Dólar	CDI + 2,18% a.a.	40% duplicatas Profarma	07/11/2020	6,68% a.a.	246.572,00	246.572,00	2.500.000	246.572	2.746.572

Rosário	BANCO CCB	Dólar	CDI + 3,10% a.a.	Aval Profarma	14/01/2022	7,60% a.a.	797.000,00	797.000,00	10.000.000	797.000	10.797.000
Rosário	BANCO CCB	Dólar	CDI + 3,10% a.a.	Aval Profarma	12/12/2022	7,60% a.a.	8.000,00	8.000,00	2.000.000	8.000	2.008.000
Rosário	Bradesco	Dólar	CDI + 2,10% a.a.	50% duplicatas Profarma	18/10/2022	6,60% a.a.	19.730,00	19.730,00	20.000.000	19.730	20.019.730
Rosário	Bradesco	Dólar	134% CDI	50% duplicatas Profarma	25/05/2021	6,00% a.a.	848.590,00	848.590,00	11.113.000	848.590	11.961.590
Rosário	Bradesco	Dólar	CDI + 1,50% a.a.	50% duplicatas Profarma	07/08/2023	6,00% a.a.	88.537,24	88.537,24	10.000.000	88.537	10.088.537
Rosário	Itaú	Dólar	CDI + 2,70% a.a.	50% duplicatas Profarma	24/05/2021	7,20% a.a.	680.100,00	680.100,00	4.800.000	680.100	5.480.100
Rosário	Itaú	Euro	CDI + 2,85% a.a.	50% duplicatas Profarma	10/06/2020	7,35% a.a.	122.400,00	122.400,00	3.000.000	122.400	3.122.400
Rosário	Safra	Dólar	CDI + 3,10% a.a.	60% duplicatas Profarma	23/07/2021	7,60% a.a.	732.400,00	732.400,00	4.333.000	732.400	5.065.400
Rosário	Safra	Dólar	CDI + 3,30% a.a.	60% duplicatas Profarma	09/09/2021	7,80% a.a.	262.000,00	262.000,00	2.267.000	262.000	2.529.000
Rosário	Safra	Dólar	CDI + 2,75% a.a.	60% duplicatas Profarma	07/01/2021	7,25% a.a.	522.050,00	522.050,00	3.638.000	522.050	4.160.050
Rosário	Safra	Dólar	CDI + 2,85% a.a.	60% duplicatas Profarma	07/02/2021	7,35% a.a.	680.357,00	680.357,00	4.500.000	680.357	5.180.357
Rosário	Safra	Dólar	CDI + 2,84% a.a.	60% duplicatas Profarma	15/03/2021	7,35% a.a.	235.532,00	235.532,00	2.250.000	235.532	2.485.532
Rosário	Safra	Dólar	142,45% CDI	60% duplicatas Profarma	30/08/2022	6,40% a.a.	100.915,00	100.915,00	10.000.000	100.915	10.100.915
Rosário	Safra	Dólar	CDI + 2,38% a.a.	60% duplicatas Profarma	03/11/2022	6,88% a.a.	-89.595,00	- 89.595,00	5.700.000	- 89.595	5.610.405
Rosário	Santander	Real	CDI + 2,43% a.a.	40% duplicatas Profarma	19/04/2021	6,93% a.a.	35.168,00	35.168,00	4.875.000	35.168	4.910.168
Rosário	Santander	Real	CDI + 2,58% a.a.	40% duplicatas Profarma	14/05/2021	7,08% a.a.	58.099,00	58.099,00	4.875.000	58.099	4.933.099
Rosário	Santander	Real	CDI + 2,97% a.a.	40% duplicatas Profarma	03/11/2020	7,47% a.a.	36.990,00	36.990,00	3.200.000	36.990	3.236.990
Total											218.716.453

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos nossos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2020:

Vencimento										
	(em R\$milhões)									
2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total					
218,0	54,0	44,0	2,4	-	319,0					
<i>*</i>	,	*	,		,					

Adicionalmente, entre 1 de abril de 2020 e 30 de junho de 2020, contratamos os seguintes empréstimos e financiamentos:

- Em 30 de abril de 2020, a nossa controlada Drogaria Rosário celebrou uma CCB com o Banco ABC Brasil S.A. no valor principal de R\$8.000.000,00, a juros remuneratórios de 100% do CDI + 4,90% a.a., com vencimento em 27 de outubro de 2020;
- Em 30 de abril de 2020, a nossa controlada CSB Drogarias celebrou uma CCB com o Banco ABC Brasil S.A., no valor de R\$15.000.000,00, a juros remuneratórios de 100% do CDI + 4,9% a.a., com vencimeno em 27 de outubro de 2020;
- Em 11 de maio de 2020, a nossa controlada Drogaria Rosário celebrou uma CCB com o Banco Bradesco S.A., no valor de R\$10.000.000,00, a juros remunerátórios de 100% do CDI + 5,0% a.a., com vencimento em 9 de novembro de 2020; e

• Em 13 de maio de 2020, a nossa controlada CSB Drogarias celebrou uma CCB com o Banco Bradesco S.A., no valor de R\$9.000.000,00, a juros remuneratórios de 100% do CDI + 5,0% a.a., com vencimento em 11 de novembro de 2020.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As informações de todos os nossos contratos de empréstimos e financiamentos relevantes estão descritas na tabela acima deste item, 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da nossa Companhia informaram que não existem relações de financiamento de longo prazo entre a nossa Companhia e instituições financeiras, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020, além daquelas citadas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Na data deste Formulário de Referência, todas as dívidas financeiras da Companhia eram quirografárias. Para informações sobre a alienação fiduciária das ações da Rosário e da COF (garantia de uma dívida não financeira), vide item 10.9 deste Formulário de Referência. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a lei 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não estamos sujeitos a *covenants* em contratos de financiamento da d1000, como restrição à troca de controle acionário, *cross-default* e/ou *cross-acceleration* atrelados a condições usuais para esse tipo de financiamento.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não possuíamos, em 31 de março de 2020, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização disponíveis para utilização.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e às informações financeiras consolidadas da Companhia relacionadas aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019.

Demonstrações de Resultado

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

		Período de três	meses findo em			
	31 de mar	ço de 2020	31 de mar	ço de 2019	2020 x 2019	
	(em R\$milhares)	Variações verticais (%) ¹	(em R\$milhares)	Variações verticais (%) ¹	Variações horizontais (%)	
Receita operacional líquida	282.839,00	100,00%	274.571,00	100,00%	3,01%	
Custos do produtos vendidos	-196.890,00	-69,61%	-193.082,00	-70,32%	1,97%	
Lucro Bruto	85.949,00	30,39%	81.489,00	29,68%	5,47%	
Despesas Operacionais	-85.654,00	-30,28%	-80.691,00	-29,39%	6,15%	
Despesas Gerais e administrativas	-7.145,00	-2,53%	-7.756,00	-2,82%	-7,88%	
Despesas Comerciais e marketing	-59.482,00	-21,03%	-55.956,00	-20,38%	6,30%	
Despesas Logística e distribuição	-678,00	-0,24%	-816,00	-0,30%	-16,91%	
Despesas de Depreciação e Amortização	-18.727,00	-6,62%	-16.760,00	-6,10%	11,74%	
Provisão p/ Perda Crédito Esperado	-80,00	-0,03%	-255,00	-0,09%	-68,63%	
Outras receitas/despesas operacionais	458,00	0,16%	852,00	0,31%	-46,24%	
Resultado antes do Resultado Financeiro	295,00	0,10%	798,00	0,29%	-63,03%	
Resultado Financeiro	-9.072,00	-3,21%	-10.226,00	-3,72%	-11,28%	
Receitas financeiras	165,00	0,06%	438,00	0,16%	-62,33%	
Despesas financeiras	-9.237,00	-3,27%	-10.664,00	-3,88%	-13,38%	
Resultado antes dos Impostos	-8.777,00	-3,10%	-9.428,00	-3,43%	-6,90%	
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.483,00	0,88%	2.449,00	0,89%	1,39%	
Resultado do Exercício	-6.294,00	-2,23%	-6.979,00	-2,54%	-9,82%	

¹Em relação à receita líquida do período.

Receitas líquidas

Nossas receitas líquidas totalizaram R\$282,8 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020, representando um aumento de R\$8,3 milhões ou 3,01%, quando comparado ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, quando totalizaram R\$274,6 milhões. Esse resultado se deve a um incremento de 6,1% na venda média por loja, como resultado da performance superior das recentes aberturas, melhorias do mix, reformas e ampliações, além do pico de vendas nas primeiras semanas de março, em razão da estocagem de produtos por parte do consumidor em função do COVID-19 parcialmente compensados pela redução do número total de lojas (redução de 6 lojas ou 3,0% em relação ao primeiro trimestre de 2019), em linha com o nosso plano de otimização do portfólio de lojas. Nesse sentido, a administração não visualizou impactos significativos decorrentes da pandemia do COVID-19 nas receitas líquidas referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, uma vez que esses impactos atingiram mais os meses de abril, maio e junho de 2020.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo de produtos vendidos totalizou R\$196,9 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020, representando um aumento de R\$3,8 milhões ou 1,97%, quando comparado ao

período de três meses findo em 31 de março de 2019, quando totalizaram R\$193,1 milhões. Este aumento decorreu do maior volume de vendas refletido na receita bruta da Companhia.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores discutidos acima, o Lucro Bruto da Companhia totalizou R\$85,9 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020, representando um aumento de R\$4,5 milhões ou 5,47% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, quando totalizou R\$81,5 milhões. Nesse sentido, a administração não visualizou impactos significativos decorrentes da pandemia do COVID-19 no lucro bruto referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, uma vez que esses impactos atingiram mais os meses de abril, maio e junho de 2020.

Despesa Operacional

As despesas operacionais da Companhia totalizaram R\$85,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, representando um aumento de R\$5,0 milhões ou 6,15% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2019 quando totalizou R\$81,0 milhões. Este aumento decorreu da maior despesa comercial e de marketing atrelado a um maior faturamento e despesas de Depreciação e Amortização diretamente relacionadas ao investimento do período.

Provisão p/ Perda Crédito Esperado

A provisão para perda de crédito esperado da Companhia totalizou R\$0,8 milhão no período de três meses findo em 31 de março de 2020, representando uma diminuição de R\$0,2 milhão ou 68,6% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2019 quando totalizou R\$0,3 milhão. A provisão para perda de crédito esperado da Companhia é realizada essencialmente em função do risco de inadimplência de convênios, visto que, para as demais formas de pagamento (dinheiro, cartão de débito e cartão de crédito) o risco é inexistente, pois o pagamento é efetuado no ato da transação. A diminuição da provisão para perda de crédito esperado entre o período de três meses findo em 31 de março de 2020 e o mesmo período findo em 31 de março de 2019 pode ser explicada pelo melhor gerenciamento da concessão de credito a terceiros, no caso os convênios.

Instrumento Financeiro Derivativo

Nosso instrumento financeiro derivativo totalizou R\$35,1 milhões em 31 de março de 2020, representando um aumento de R\$32,8 milhões ou 1.429,7% quando comparado ao total apresentado em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$2,3 milhões. Este aumento decorreu principalmente da variação cambial apresentada neste período.

Resultado antes do Resultado Financeiro

Em razão dos fatores discutidos acima, o Resultado antes do Resultado Financeiro da Companhia totalizou um lucro de R\$0,3 milhão no período de três meses findo em 31 de março de 2020, representando uma diminuição de R\$0,5 milhão ou 63,03% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2019 quando totalizou R\$0,8 milhão.

Resultado Financeiro

Nosso resultado financeiro totalizou uma despesa de R\$9,0 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020, representando uma redução de R\$1,2 milhão ou 11,3%, quando comparado ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, quando totalizou um resultado financeiro negativo de R\$10,2 milhões. Esta diminuição decorreu em função da menor despesa financeira correlacionada a diminuição da taxa de juros no período.

Resultado antes dos Impostos

Em razão dos fatores discutidos acima, o Resultado antes dos Impostos da Companhia totalizou um prejuízo de R\$8,8 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020, representando uma diferença de R\$0,6 milhão ou 6,9% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2019 quando totalizou um prejuízo de R\$9,4 milhões.

Imposto de Renda (IR) e contribuição social

Nosso imposto de renda e contribuição social totalizaram crédito de R\$2,5 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020, em linha quando comparado ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, quando totalizou R\$2,4 milhões.

Resultado do exercício

Nosso prejuízo totalizou R\$6,3 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020, representando uma variação de R\$0,7 milhão ou 9,82%, quando comparado ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, quando totalizou um prejuízo líquido de R\$7,0 milhões. Esta redução decorreu das explicações dos itens acima. A administração não visualizou impactos significativos decorrentes da pandemia do COVID-19 no resultado do exercício referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, uma vez que esses impactos atingiram mais os meses de abril, maio e junho de 2020.

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

		Exercício social de deze	encerrado em 31 mbro de		
	20)19	20	18	2019 x 2018
	(em R\$milhares)	Variações verticais (%) ¹	(em R\$milhares)	Variações verticais (%) ¹	Variações horizontais (%)
Receita operacional líquida	1.132.210,67	100,00%	1.161.068,00	100.00%	(2,49)%
Custos do produtos vendidos	(790.271,17)	(69.80)%	(813.645,00)	(70.08)%	(2,87)%
Lucro Bruto	341.939,50	30.20%	347.423,00	29.92%	(1,58)%
Despesas Operacionais	(362.859,61)	(32,05)%	(337.876,00)	(29.10)%	(7,39)%
Despesas Gerais e administrativas	(30.051,08)	(2.65)%	(33.850,00)	(2.92)%	(11,22)%
Despesas Comerciais e marketing	(223.542,36)	(19.74)%	(284.983,00)	(24.54)%	(21,56)%
Despesas Logística e distribuição	(2.991,36)	(0.26)%	(3.369,00)	(0.29)%	(11,21)%
Despesas de Depreciação e Amortização	(105.407,82)	(9,31)%	(22.037,00)	(1.90)%	378,32%
Provisão p/ Perda Crédito Esperado	(711,00)	(0,06)%	1.325,00	0,11%	(153,66)%
Outras receitas/despesas operacionais	(156,00)	(0,01)%	5.038,00	0.43%	(103,10)%
Resultado antes do Resultado Financeiro	(20.920,11)	(1,85)%	9.547,00	0.82%	(319,13)%
Resultado Financeiro	25.095,00	2,22%	(19.870,00)	(1.71)%	(226,30)%
Receitas financeiras	65.369,00	5,77%	1.843,00	0.16%	(3446,88)%
Despesas financeiras	(40.274,00)	(3,56)%	(21.713,00)	(1.87)%	85,48%
Resultado antes dos Impostos	4.174,89	(0,37)%	(10.323,00)	(0.89)%	(140,44)%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(11.661,70)	(1,03)%	13.004,00	1.12%	(189,68)%
Resultado do Exercício	(7.486,82)	(0.66)%	2.681,00	0.23%	(379,25)%

¹Em relação à receita líquida do período.

Receitas líquidas

Nossas receitas líquidas totalizaram R\$ 1.132,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$28,9 milhões ou 2,5%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$1.161,1 milhões. Esta redução decorreu principalmente do menor volume de produtos vendidos que, por sua vez, é oriundo principalmente do fechamento de 14 lojas que ocorreram majoritariamente no primeiro semestre do exercício social, o que foi parcialmente compensado pelas aberturas de 6 lojas principalmente no segundo semestre de 2019. As lojas fechadas foram responsáveis por receitas líquidas de R\$41,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O fechamento de lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 decorreu principalmente da finalização do plano de reestruturação da Rosário, que desde o início levou em consideração as lojas com margens de contribuição negativas ou muito baixas. O número de lojas abertas em 2019 decorreu do início do plano de expansão orgânica projetado pela nossa Companhia para os próximos anos, e se concentraram no segundo semestre.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo de produtos vendidos totalizou R\$790,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição de R\$23,4 milhões ou 2,9%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$813,6 milhões. Esta redução decorreu principalmente do menor volume de produtos vendidos, conforme discutido acima.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores discutidos acima, o Lucro Bruto da Companhia totalizou R\$341,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$5,5 milhões ou 1,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 quando totalizou R\$347,4 milhões.

Despesa Operacional

As despesas operacionais da Companhia totalizaram R\$362,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$25,0 milhões ou 7,4% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 quando totalizou R\$337,9 milhões. Este aumento decorreu principalmente de: (i) um aumento de R\$83,4 milhões das despesas de depreciação e amortização em função da adoção inicial do CPC 06R2 de Arrendamentos; e (ii) um aumento de despesas incluídas em outras receitas/despesas operacionais, que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 representou uma despesa líquida de R\$0,2 milhão comparado a uma receita líquida de R\$5,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma variação de R\$5,2 milhões, em função principalmente de reversão de provisão de riscos fiscais em empresa não operacional do Grupo em 2018 e que não se repetiu em 2019, o que foi parcialmente compensado por (i) uma diminuição de R\$61,4 milhões das despesas comerciais e marketing em função da adoção inicial do CPC 06R2 de Arrendamentos;

Resultado antes do Resultado Financeiro

Em razão dos fatores discutidos acima, o Resultado antes do Resultado Financeiro da Companhia totalizou um prejuízo de R\$20,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição de R\$30,5 milhões ou 319,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 quando totalizou R\$9,5 milhões.

Resultado Financeiro

Nosso resultado financeiro totalizou R\$25,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$45,0 milhões ou 226,3,%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou um resultado financeiro negativo de R\$19,9 milhões. Este aumento decorreu em função (i) do desreconhecimento de passivo financeiro no montante de R\$64,0 milhões, o qual é explicado pela renegociação da dívida da aquisição da Rosário, e (ii) parcialmente compensados pelo aumento da despesas financeira em função do efeito da adoção inicial do IFRS16 no valor de R\$13,6 milhões. Para mais informações sobre o IFRS16 bem como os efeitos dele decorrentes vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

Resultado antes dos Impostos

Em razão dos fatores discutidos acima, o Resultado antes dos Impostos da Companhia totalizou um lucro de R\$4,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma diferença de R\$14,5 milhões ou 140,4% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 quando totalizou um prejuízo de R\$10,3 milhões.

Imposto de Renda (IR) e contribuição social

Nosso imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$11,7 milhões a pagar no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$24,7 milhões ou 189,7%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$13,0 milhões. A variação decorreu principalmente do aumento na despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos em 2019 referentes a adição na apuração do resultado fiscal da despesa de baixa de ágio por *impairment* de 2019, representando um aumento de R\$23,2 milhões, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$11,6 milhões.

Resultado do exercício

Nosso prejuízo totalizou R\$7,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma variação negativa de R\$10,2 milhões ou 379,2%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou um lucro líquido de R\$2,7 milhões. Esta redução decorreu das explicações dos itens acima.

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2018		2017		2018 x 2017	
	(em R\$milhares)	Variações verticais (%) ¹	(em R\$milhares)	Variações verticais (%) ¹	Variações horizontais (%)	
Receita operacional líquida	1.161.068,00	100.00%	1.143.299,00	100.00%	1,55%	
Custos do produtos vendidos	(813.645,00)	(70.08)%	(774.130,00)	(67.70)%	5,10%	
Lucro Bruto	347.423,00	29.92%	369.169,00	32.29%	(5,89)%	
Despesas Operacionais	(337.876,00)	(29.10)%	(408.161,00)	(35.71)%	(17,22)%	
Despesas Gerais e administrativas	(33.850,00)	(2.92)%	(43.239,00)	(3.78)%	(21,71)%	
Despesas Comerciais e marketing	(284.983,00)	(24.54)%	(315.416,00)	(27.58)%	(9,65)%	
Despesas Logística e distribuição	(3.369,00)	(0.29)%	(6.125,00)	(0.54)%	(45,00)%	

Despesas de Depreciação e Amortização	(22.037,00)	(1.90)%	(22.528,00)	(1.97)%	(2,18)%
Provisão p/ Perda crédito esperado	1.325,00	0,11%	156,00	0,01%	749.36%
Outras receitas/despesas operacionais	5.038,00	0.43%	(21.009,00)	(1.84)%	(123,98)%
Resultado antes do Resultado Financeiro	9.547,00	0.82%	(38.992,00)	(3.41)%	(124,48)%
Resultado Financeiro	(19.870,00)	(1.71)%	(56.563,00)	(4.95)%	(64,87)%
Receitas financeiras	1.843,00	0.16%	1.604,00	0.14%	14,90%
Despesas financeiras	(21.713,00)	(1.87)%	(58.167,00)	(5.09)%	(62,67)%
Resultado antes dos Impostos	(10.323,00)	(0.89)%	(95.555,00)	(8.36)%	(89,20)%
Imposto de Renda e Contribuição Social	13.004,00	1.12%	23.228,00	2.03%	(44,02)%
Resultado do Exercício	2.681,00	0.23%	(72.327,00)	(6.32)%	(103,71)%

¹Em relação à receita líquida do período.

Receitas líquidas

Nossas receitas líquidas totalizaram R\$ 1.161,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$17,7 milhões ou 1,6%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizaram R\$1.143,3 milhões. Essa variação positiva decorreu do aumento da venda média por loja, reflexo das reformas e ampliações realizadas ao longo do ano, a qual passou de R\$459 mil loja/mês durante 2017 para R\$501 mil loja/mês durante o exercício de 2018, o que representou um aumento de 9,4%. O aumento foi parcialmente compensado pelo fechamento de 23 lojas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (duas lojas foram abertas no mesmo período) As lojas fechadas foram responsáveis por receitas líquidas de R\$59,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Custo dos Produtos Vendidos

O Custo dos produtos vendidos totalizou R\$813,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$39,5 milhões ou 5,1%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizaram R\$774,1 milhões. Essa variação superior ao aumento de vendas, de 1,5%, é justificada pela alteração no mix de produtos vendidos. No ano de 2018 vendemos itens que possuem um custo maior que o mix de produtos vendidos em 2017, devido principalmente ao aumento na participação da categoria de produtos *Branded*, de menor margem bruta se comparada às demais categorias.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores discutidos acima, o Lucro Bruto da Companhia totalizou R\$347,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$21,7 milhões ou 5,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 quando totalizou R\$369,2 milhões.

<u>Despesa Operacional</u>

A despesa operacional da Companhia totalizou R\$337,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$70,3 milhões ou 17,2% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 quando totalizou R\$408,2 milhões. Tal variação se deu principalmente em função da redução de despesas geral e administrativa no montante de R\$9,4 milhões, redução da despesa comercial e de marketing no montante de R\$30,4 milhões e redução de outras receitas/despesas operacionais no valor de R\$26,0 milhões.

A despesa geral e administrativa da Companhia totalizou R\$33,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$9,4 milhões ou 21,7% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 quando totalizou R\$43,2 milhões. Tal redução se deveu principalmente à queda de despesas corporativas no montante de R\$13,1 milhões referentes a sinergias capturadas com a integração e ganho de escala com a aquisição da Rede Rosário.

A despesa comercial e de marketing totalizou R\$285,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$30,4 milhões ou 9,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 quando totalizou R\$315,4 milhões. Tal redução se deveu principalmente ao fechamento de 23 lojas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Outras receitas/despesas operacionais da Companhia totalizaram receita de R\$5,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma melhora de R\$26,0 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 quando totalizou despesa de R\$21,0 milhões. Esta variação foi devida principalmente ao reconhecimento de R\$5,3 milhões referente a crédito tributário durante o exercício de 2018, adicionalmente, as despesas adicionais incorridas em 2017 referente a fechamento de lojas que totalizaram R\$16,7 milhões.

Resultado antes do Resultado Financeiro

O Lucro antes do Resultado financeiro totalizou R\$9,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 124,5% ou R\$48,5 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 quando totalizou um prejuízo de R\$39,0 milhões. Este aumento decorreu do aumento do lucro bruto e da redução das despesas operacionais ambos expostos nos itens acima.

Resultado Financeiro

Nosso resultado financeiro totalizou R\$19,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$36,7 milhões ou 64,9%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$56,6 milhões. Esta redução decorreu da amortização de parcela da dívida por meio dos recursos auferidos com os aumentos de capital realizados em 2018, o que resultou em uma redução da dívida bruta e dívida líquida da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 a dívida bruta totalizou R\$191,5, representando uma redução de R\$95,5 milhões ou 33,3%, quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$278,0 milhões. A dívida líquida da Companhia reduziu R\$109,4 milhões ou 45,5%, a qual totalizou R\$130,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$240,3 milhões. Com a redução da dívida, tivemos que pagar menos juros no exercício social de 31 de dezembro de 2018, diminuindo portanto nossa despesa financeira.

Resultado antes dos Impostos

Em razão dos fatores discutidos acima, o Resultado antes dos Impostos da Companhia totalizou um prejuízo de R\$10,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma diferença de R\$85,3 milhões ou 89,2% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 quando totalizou um prejuízo de R\$95,6 milhões.

Imposto de Renda e contribuição social

Nosso imposto de renda e contribuição social totalizou R\$13,0 milhões positivos (IR diferido ativo) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$10,2

milhões ou 44,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$23,2 milhões positivos (IR diferido ativo). Esta redução decorreu principalmente da expressiva redução do prejuízo antes dos impostos em R\$85,3 milhões.

Resultado do exercício

Nosso lucro líquido totalizou R\$2,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$75,0 milhões ou 103,7%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou um prejuízo de R\$72,3 milhões. Este aumento decorreu das explicações dos itens acima.

Balanços patrimoniais

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2019

	Período de três meses findo em 31 de março de 2020		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019		31 de março de 2020 x 31 de dezembro de 2019	
	(em R\$mil)	Variações verticais (%) ¹	(em R\$mil)	Variações verticais (%) ¹	Variações horizontais (%)	
Caixa e equivalentes de caixa	59.767	4,99%	49.166	4,49%	21,56%	
Instrumentos financeiros	35.075	2,93%	2.293	0,21%	1429,66%	
Contas a Receber	25.462	2,13%	13.086	1,19%	94,57%	
Estoques	142.135	11,86%	129.448	11,81%	9,80%	
Impostos a recuperar	35.341	2,95%	35.319	3,22%	0,06%	
Adiantamentos	3.815	0,32%	0			
Outras contas a receber	19.837	1,66%	19.449	1,78%	1,99%	
Total do Ativo Circulante	321.432	26,83%	248.761	22,70%	29,21%	
Depósitos Judiciais	7.281	0,61%	7.582	0,69%	-3,97%	
Instrumentos financeiros	19.094	1,59%	2.282	0,21%	736,72%	
IR e CSLL diferidos	32.369	2,70%	28.527	2,60%	13,47%	
Impostos a recuperar	3.232	0,27%	3.232	0,29%	0,00%	
Outros contas a receber	525	0,04%	525	0,05%	0,00%	
Imobilizado	192.846	16,10%	181.403	16,56%	6,31%	
Intangível	621.198	51,85%	623.331	56,89%	-0,34%	
Total do Ativo Não Circulante	876.545	73,17%	846.882	77,30%	3,50%	
Total do Ativo	1.197.977	100,00%	1.095.643	100,00%		

¹ Em relação ao total do ativo.

	Período de três meses findo em 31 de março de 2020		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019		2020x2019
	Variações verticais (%) ¹	(em R\$mil)	Variações verticais (%) ¹	Variações verticais (%) ¹	
Fornecedores	115.303	9,62%	113.534	10,36%	1,56%
Empréstimos e financiamentos	218.555	18,24%	131.416	11,99%	66,31%
Salários e contribuições sociais	26.663	2,23%	21.764	1,99%	22,51%
Impostos e taxas	9.250	0,77%	15.019	1,37%	-38,41%
Arrendamento a Pagar	45.617	3,81%	44.500	4,06%	2,51%
Outros	5.076	0,42%	5.011	0,46%	1,30%
Contas a pagar - aquisição de subsidiária	4.199	0,35%	3.031	0,28%	38,54%
Total do Passivo Circulante	424.663	35,45%	334.275	30,51%	27,04%
Empréstimos e financiamentos	100.424	8,38%	87.283	7,97%	15,06%
Impostos e taxas	11.367	0,95%	9.756	0,89%	16,51%
Impostos diferidos	14.462	1,21%	13.101	1,20%	10,39%
Provisão para Contingências	48.567	4,05%	55.437	5,06%	-12,39%
Contas a pagar - aquisição de subsidiária	11.000	0,92%	12.000	1,10%	-8,33%
Arrendamento a pagar	127.739	10,66%	117.742	10,75%	8,49%
Total do Passivo Não Circulante	313.559	26,17%	295.319	26,95%	6,18%
Capital social	634.017	52,92%	634.017	57,87%	0,00%
Prejuízos acumulados	(174.262)	-14,55%	(167.968)	(15,33)%	3,75%
Total do Patrimônio Líquido	459.755	38,38%	466.049	42,54%	-1,35%
Total do Patrimônio Líquido e Passivos	1.197.977	100,00%	1.095.643	100,0%	9,34%

¹ Em relação ao total do patrimônio líquido e passivos.

Ativo Circulante

Nosso Ativo Circulante totalizou R\$321,4 milhões em 31 de março de 2020, representando um aumento de R\$73,0 milhões ou 29,2%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$248,8 milhões. As principais variações estão analisadas abaixo.

Caixa e equivalentes de caixa

Nosso caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$59,8 milhões em 31 de março de 2020, representando um aumento de R\$10,6 milhões ou 21,6%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$49,2 milhões. Este aumento decorreu do incremento das vendas realizadas no mês de março de 2020, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Contas a Receber

Nosso contas a receber totalizou R\$25,5 milhões em 31 de março de 2020, representando um aumento de R\$12,4 milhões ou 94,6% quando comparado ao total de 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$13,1 milhões. Este aumento decorreu de vendas realizadas no mês de março de 2020.

Estoques

Nossos estoques totalizaram R\$142,1 milhões em 31 de março de 2020, representando um aumento de R\$12,7 milhões ou 9,8%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$129,4 milhões. Este aumento se deu em função do crescimento das vendas experimentado no período e na expectativa de aumento de preço de medicamentos inicialmente prevista para 01 de abril de 2020 e, que por força de Medida Provisória, foi adiada para 01 de junho de 2020.

Outras Contas a Receber

Nossas demais contas agrupadas na linha de contas "Outras Contas a Receber" totalizaram R\$19,8 milhões em 31 de março de 2020, representando um aumento de R\$0,4 milhão ou 1,99%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$19,5 milhões.

Ativo não circulante

Nosso ativo não circulante totalizou R\$876,5 milhões em 31 de março de 2020, representando um aumento de R\$29,7 milhões ou 3,50%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$846,9 milhões. As principais variações estão analisadas abaixo.

IR e CSLL diferidos

Nosso imposto de renda e contribuição social diferidos totalizaram R\$32,4 milhões em 31 de março de 2020, representando um aumento de R\$3,8 milhões ou 13,47%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$28,5 milhões. Tal incremento se deve à expectativa da administração da Companhia de melhora nos resultados da Companhia no futuro.

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$192,8 milhões em 31 de março de 2020, representando um aumento de R\$11,4 milhões ou 6,31%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$181,4 milhões. Este aumento decorreu principalmente do investimento feito na compra de mobiliário para as lojas e ao investimento feito nas duas lojas abertas entre os trimestres.

<u>Intangível</u>

Nosso intangível totalizou R\$621,2 milhões em 31 de março de 2020, representando uma diminuição de R\$2,1 milhões ou 0,34%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$623,3 milhões.

Passivo circulante

Nosso passivo circulante totalizou R\$424,7 milhões em 31 de março de 2020, representando um aumento de R\$90,4 milhões ou 27,04%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$334,3 milhões. As principais variações estão analisadas abaixo.

Fornecedores

Nossa conta de fornecedores totalizou R\$115,3 milhões em 31 de março de 2020, se mantendo em linha quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$113,5 milhões.

Empréstimos

Nossos empréstimos totalizaram R\$218,5 milhões em 31 de março de 2020, representando um aumento de R\$87,1 milhões ou 66,31%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$131,4 milhões. Este aumento se deu em função da maior concentração de vencimento dos empréstimos vigentes num prazo de 12 meses.

Arrendamento a pagar

Em 31 de março de 2020, a conta de arrendamento a pagar totalizou R\$45,6 milhões, um aumento de R\$1,1 milhão ou 2,51% quando comparado ao total de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$44,5 milhões. Esta conta foi criada em 2019, após a entrada em vigor da norma contábil CPC06 (R2)/IFRS16 e a variação decorreu principalmente da mensuração do fluxo de caixa futuro relativo à arrendamento de nossas lojas.

Contas a pagar - aquisição de subsidiária

Nossa conta de aquisição de subsidiária totalizou R\$4,2 milhões em 31 de março de 2020, representando um aumento de R\$1,2 milhão ou 38,54%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$3,0 milhões. Este aumento decorreu de uma das parcelas que saiu do longo prazo para o curto prazo.

Passivo não circulante

Nosso passivo não circulante totalizou R\$313,6 milhões em 31 de março de 2020, representando um aumento de R\$18,2 milhões ou 6,18%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$295,3 milhões. Esta decorreu principalmente do incremento de R\$13,1 milhões de Empréstimo e Financiamento de Longo Prazo e o incremento de R\$10 milhões de Arrendamentos a Pagar pela variação na mensuração do fluxo de caixa futuro relativo à arrendamento de nossas lojas. Este aumento na dívida de longo prazo está relacionada tanto ao aumento do endividamento da Companhia quanto do alongamento do perfil da dívida.

Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social totalizou R\$634,0 milhões em 31 de março de 2020, o mesmo capital social em 31 de dezembro de 2019.

(Prejuízos) acumulados

Nosso saldo de Prejuízos acumulados totalizou R\$174,3 milhões em 31 de março de 2020, representando um aumento de R\$6,3 milhões ou 3,75%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$168,0 milhões. Essa variação decorreu, do prejuízo do período.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2019		2018		2019 x 2018
	(em R\$mil)	Variações verticais (%) ¹	(em R\$mil)	Variações verticais (%) ¹	Variações horizontais (%)
Caixa e equivalentes de caixa	49.166	4,49%	57.619	5,68%	(14,67)%
Instrumentos financeiros	2.293	0,21%	1.998	0,20%	14,76%
Contas a Receber	13.086	1,19%	18.614	1,83%	(29,70)%
Estoques	129.448	11,81%	132.200	13,03%	(2,08)%
Impostos a recuperar	35.319	3,22%	34.621	3,41%	2,02%
Outras contas a receber	19.449	1,78%	16.231	1,60%	19,83%
Total do Ativo Circulante	248.761	22,70%	261.283	25,74%	(4,79)%
Depósitos Judiciais	7.582	0,69%	6.475	0,64%	17,10%
Instrumentos financeiros	2.282	0,21%	970	0,10%	135,26%
IR e CSLL diferidos	28.527	2,60%	28.259	2,78%	0,95%
Impostos a recuperar	3.232	0,29%	707	0,07%	357,14%
Outros contas a receber	525	0,05%	524	0,05%	0,19%
Imobilizado	181.403	16,56%	51.339	5,06%	253,34%
Intangível	623.331	56,89%	665.333	65,56%	(6,31)%
Total do Ativo Não Circulante	846.882	77,30%	753.607	74,26%	12,38%
Total do Ativo	1.095.643	100,00%	1.014.890	100,00%	7,96%

¹ Em relação ao total do ativo.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	20	019	2018		2019 x 2018	
	(em R\$mil)	Variações verticais (%)¹	(em R\$mil)	Variações verticais (%) ¹	Variações horizontais (%)	
Fornecedores	113.534	10,36%	113.704	11,20%	(0,15)%	
Empréstimos e financiamentos	131.416	11,99%	104.094	10,26%	26,25%	
Salários e contribuições sociais	21.764	1,99%	21.007	2,07%	3,60%	
Impostos e taxas	15.019	1,37%	13.087	1,29%	14,76%	
Arrendamento a Pagar	44.500	4,06%	-	n.a.	n.a	
Outros	5.011	0,46%	3.972	0,39%	26,16%	
Contas a pagar - aquisição de subsidiária	3.031	0,28%	84.024	8,28%	(96,39)%	
Total do Passivo Circulante	334.275	30,51%	339.888	33,49%	(1,65)%	
Empréstimos e financiamentos	87.283	7,97%	87.430	8,61%	(0,17)%	
Impostos e taxas	9.756	0,89%	16.174	1,59%	(39,68)%	
Impostos diferidos	13.101	1,20%	12.685	1,25%	3,28%	
Provisão para Contingências	55.437	5,06%	67.143	6,62%	(17,43)%	
Contas a pagar - aquisição de subsidiária	12.000	1,10%	-	n.a.	n.a	
Arrendamento a pagar	117.742	10,75%	-	n.a.	n.a	
Total do Passivo Não Circulante	295.319	26,95%	183.432	18,07%	61,00%	
Capital social	634.017	57,87%	629.017	61,98%	0,79%	
Prejuízos acumulados	(167.968)	(15,33)%	(137.447)	(13,54)%	22,21%	
Total do Patrimônio Líquido	466.049	42,54%	491.570	48,44%	(5,19)%	
Total do Patrimônio Líquido e Passivos	1.095.643	100,0%	1.014.890	100,0%	7,96%	

¹ Em relação ao total do patrimônio líquido e passivos.

Ativo Circulante

Nosso Ativo Circulante totalizou R\$248,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$12,5 milhões ou 4,8%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$261,3 milhões. As principais variações estão analisadas abaixo.

Caixa e equivalentes de caixa

Nosso caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$49,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$8,4 milhões ou 14,7%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$57,6 milhões. Esta redução decorreu dos aumentos de capital realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Estoques

Nossos estoques totalizaram R\$129,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$2,7 milhões ou 2,1%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$132,2 milhões. Esta redução decorreu da otimização dos estoques das filiais ao longo do ano.

Impostos a recuperar

Nossos impostos a recuperar totalizaram R\$35,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$0,7 milhão ou 2,0%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$34,6 milhões. Este aumento decorreu do adicional de crédito de PIS/COFINS sobre ICMS na base de vendas.

Outras Contas a Receber

Nossas demais contas agrupadas na linha de contas "Outras Contas a Receber" totalizaram R\$19,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$3,2 milhões ou 19,8%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$16,2 milhões. Este aumento decorreu principalmente do incremento na conta de Acordos Comerciais (com Indústria) no valor de R\$3,5 milhões, devido a maior relevância de nossa Companhia na indústria farmacêutica.

Ativo não circulante

Nosso ativo não circulante totalizou R\$846,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$93,3 milhões ou 12,4%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$753,6 milhões. As principais variações estão analisadas abaixo.

IR e CSLL diferidos

Nosso imposto de renda e contribuição social diferidos totalizaram R\$28,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$0,3 milhão ou 1,0%, em linha, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$28,3 milhões.

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$181,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$130,0 milhões ou 253,3%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$51,3 milhões. Este aumento decorreu do impacto da adoção do IFRS16 que adicionou R\$137,3 milhões referentes ao direito de uso que possuímos em razão dos contratos de locação das nossas lojas. A partir da adoção do IFRS16, passamos a ser obrigados a contabilizar no nosso ativo, o valor total do aluguel das lojas previsto nos respectivos contratos subtraído dos valores já reconhecidos no resultado como despesas operacionais. Para mais informações sobre o IFRS16 bem como os efeitos dele decorrentes vide item 10.4 deste Formulário de Referência. e da abertura de 6 lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

<u>Intangível</u>

Nosso intangível totalizou R\$623,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$42,0 milhões ou 6,3%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$665,3 milhões. Esta redução decorreu principalmente pela baixa por impairment no ano de 2019.

Passivo circulante

Nosso passivo circulante totalizou R\$334,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$5,6 milhões ou 1,6%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$339,9 milhões. As principais variações estão analisadas abaixo.

Fornecedores

Nossa conta de fornecedores totalizou R\$113,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, se mantendo em linha quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$113,7 milhões.

Empréstimos

Nossos empréstimos totalizaram R\$131,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$27,3 milhões ou 26,2%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$104,1 milhões. Este aumento decorreu do aumento da necessidade de capital de giro e para fins de investimentos.

Ar<u>rendamento a pagar</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de arrendamento a pagar totalizou R\$44,5 milhões. Esta conta foi criada em 2019, após a entrada em vigor da norma contábil CPC06 (R2)/IFRS16.

Contas a pagar - aquisição de subsidiária

Nossa conta de aquisição de subsidiária totalizou R\$3,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$81,0 milhões ou 96,4%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$84,0 milhões. Esta variação decorreu principalmente da redução do valor a pagar referente à aquisição da rede de Drogarias Rosário no valor de R\$63,9 milhões.

Passivo não circulante

Nosso passivo não circulante totalizou R\$295,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$111,9 milhões ou 61,0%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$183,4 milhões. Esta decorreu principalmente da parcela de longo prazo referente ao arrendamento a pagar, no valor de R\$117,8 milhões, devido à adoção inicial do IFRS16. Para mais informações sobre o IFRS16 bem como os efeitos dele decorrentes vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social totalizou R\$634,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, praticamente em linha com o capital social em 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$629,0 milhões.

(Prejuízos) acumulados

Nosso saldo de Prejuízos acumulados totalizou R\$168,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$30,5 milhões ou 22,2%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$137,4 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do impacto da adoção inicial do IFRS16, no montante de R\$23,0 milhões. Para mais informações sobre o IFRS16 bem como os efeitos dele decorrentes vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2018		2017		2018 x 2017
	(em R\$mil)	Variações verticais (%) ¹	(em R\$mil)	Variações verticais (%) ¹	Variações horizontais (%)
Caixa e equivalentes de caixa	57.619	5,68%	46.705	4,64%	23,37%
Instrumentos financeiros	1.998	0,20%	-	n.a.	-
Contas a Receber	18.614	1,83%	18.661	1,85%	-0,25%
Estoques	132.200	13,03%	137.894	13,70%	-4,13%
Impostos a recuperar	34.621	3,41%	27.164	2,27%	27,45%
Outros contas a receber	16.231	1,60%	22.817	2,30%	-28,86%
Total do Ativo Circulante	261.283	25,74%	253.241	25,17%	3,18%
Depósitos Judiciais	6.475	0,64%	6.082	0,60%	6,46%
Instrumentos financeiros	970	0,10%	-		-
IR e CSLL diferidos	28.259	2,78%	20.188	2,01%	39,98%
Impostos a recuperar	707	0,07%	707	0,07%	0,00%
Outros contas a receber	524	0,05%	771	0,08%	-32,04%
Imobilizado	51.339	5,06%	49.729	4,94%	3,24%
Intangível	665.333	65,56%	675.586	67,14%	1,52%
Total do Ativo Não Circulante	753.607	74,26%	753.063	74,83%	0,07%
Total do Ativo	1.014.890	100,00%	1.006.304	100,00%	0,85%

¹ Em relação ao total do ativo.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2018		2017		2018 x 2017 Variações horizontais (%)	
	(em R\$mil) Variações verticais (%)1		(em R\$mil) Variações verticais (%)1			
Fornecedores	113.704	11,20%	124.581	12,38%	-8,73%	
Empréstimos e financiamentos	104.094	10,26%	267.630	26,60%	-61,11%	
Instrumentos Financeiros	-	-	1.370	0,14%	n.a.	
Salários e contribuições sociais	21.007	2,07%	24.434	2,43%	-14,03%	
Impostos e Taxas	13.087	1,29%	15.151	1,51%	-13,62%	
Outros	3.972	0,39%	7.266	0,72%	-45,33%	
Contas a pagar - aquisição de subsidiária	84.024	8,28%	55.180	5,48%	52,27%	
Total do Passivo Circulante	339.888	33,49%	495.612	49,25%	-31,42%	
Empréstimos	87.430	8,61%	19.400	1,93%	350,67%	
Instrumentos financeiros	-	-	14	0,00%	n.a.	
Impostos e taxas	16.174	1,59%	32.202	3,20%	-49,77%	
Impostos diferidos	12.685	1,25%	19.515	1,94%	-35,00%	
Provisão para Contingências	67.143	6,62%	96.579	9,60%	-30,48%	
Contas a pagar - aquisição de subsidiária	-	-	85.675	8,51%	n.a.	
Outros	-	-	38	0,00%	n.a.	
Total do Passivo Não Circulante	183.432	18,07%	253.423	25,18%	-27,62%	
Capital social	629.017	61,98%	314.310	31,23%	100,13%	
AFAC	0	0,00%	80.588	8,01%	n.a.	
Prejuízos acumulados	-137.447	-13,54%	-137.629	-13,68%	-0,13%	
Total do Patrimônio Líquido	491.570	48,44%	257.269	25,57%	91,07%	
Total do Patrimônio Líquido e Passivos	1.014.890	100,00%	1.006.304	100,00%	0,85%	

¹ Em relação ao total do patrimônio líquido e passivos.

Ativo Circulante

Nosso ativo circulante totalizou R\$261,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$8,0 milhões ou 3,2%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, que correspondia a R\$253,2 milhões. As principais variações estão analisadas abaixo.

Caixa e equivalentes de caixa

Nosso caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$57,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$10,9 milhões ou 23,4%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, que correspondia a R\$46,7 milhões. Este aumento decorreu dos aumentos de

capital realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor total de R\$234,1 milhões.

Estoques

Nossos estoques totalizaram R\$132,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$5,7 milhões ou 4,1%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, que correspondia a R\$137,9 milhões. Esta redução decorreu, em sua maior parte, do aumento das vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Impostos a recuperar

Nossos impostos a recuperar totalizaram R\$34,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$7,5 milhões ou 27,5%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, que correspondia a R\$27,1 milhões. Este aumento decorreu principalmente do crédito adicional de PIS/COFINS sobre ICMS nas vendas no montante de R\$4,5 milhões.

Outros Contas a Receber

Nossas demais contas agrupadas na linha de contas "Outros contas a receber" totalizaram R\$16,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$6,6 milhões ou 28,9%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, que correspondia a R\$22,8 milhões. Esta redução decorreu da constituição de uma provisão para perda em acordos comerciais pela adoção inicial do IFRS9 e pela redução do prazo médio de recebimento de verbas no valor de R\$4,1 milhões.

Ativo não circulante

Nosso ativo não circulante totalizou R\$753,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, se mantendo em linha quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, que correspondia a R\$753,1 milhões. As principais variações estão analisadas abaixo.

IR e CSLL diferidos

Nosso imposto de renda e contribuição social diferidos totalizaram R\$28,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$8,1 milhões ou 40,0%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando totalizaram R\$20,2 milhões. Este aumento decorreu, em sua maior parte, do adicional de IR/CSLL diferidos de R\$9,2 milhões referente ao aumento de expectativa de aproveitamento de prejuízos fiscais acumulados.

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$51,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$1,6 milhão ou 3,2%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, que correspondia a R\$49,7 milhões. Este aumento decorreu principalmente dos investimentos realizados no exercício social de R\$11,9 milhões, relacionados majoritariamente a obras de reformas e ampliações realizadas ao longo do ano.

Intangível

Nosso intangível totalizou R\$665,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$10,2 milhões ou 1,5%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, que

correspondia a R\$675,6 milhões. Está redução decorreu da amortização dos pontos comerciais no valor de R\$11,3 milhões.

Passivo circulante

Nosso passivo circulante totalizou R\$339,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$155,7 milhões ou 31,4%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, que correspondia a R\$495,6 milhões. As principais variações estão analisadas abaixo.

Fornecedores

Nossa conta de fornecedores totalizou R\$113,7 em 31 de dezembro de 2018, representando um redução de R\$10,9 milhões ou 8,7% quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, que correspondia a R\$124,6 milhões. Esta redução decorreu principalmente da liquidação no prazo de pagamentos neste período.

Empréstimos e financiamentos

Nossos empréstimos totalizaram R\$104,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$163,5 milhões ou 61,1%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, que correspondia a R\$267,6 milhões. Esta queda decorreu dos aumentos de capital realizados durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$234,1 milhões, que foram utilizados para amortizar parte de nossas dívidas.

Outros

Nossas demais contas agrupadas na linha de contas "Outras" totalizaram R\$4,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$3,3 milhões ou 45,3% quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que correspondia a R\$7,3 milhões. Esta queda está relacionada à redução dos passivos anteriores à aquisição da Rosário e renegociados no valor de R\$3,6 milhões.

Contas a pagar - aquisição de subsidiária

Nossa conta de Contas a pagar - aquisição de subsidiária totalizou R\$84,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$28,8 milhões ou 52,3%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, que correspondia a R\$55,1 milhões. Nesta variação estão incluídos uma redução de R\$55,1 milhões referentes ao pagamento da última parcela da Tamoio compensado pela transferência da última parcela da Rosário de longo prazo para curto prazo no valor de R\$84,0 milhões.

Passivo não circulante

Nosso passivo não circulante totalizou R\$183,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$70,0 milhões ou 27,6%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, que correspondia a R\$253,4 milhões. Essa redução decorreu, principalmente de dois fatores: (i) a transferência do saldo a pagar de R\$85,6 milhões da Operação Rosário, do longo para o curto prazo, em decorrência da data de vencimento desta dívida ser novembro de 2019: e (ii) da diminuição da provisão para contingências, em razão da reversão da provisão de contingências relacionada à Operação Rosário, o que foi parcialmente compensando pelo alongamento do endividamento da

Companhia (R\$68,0 milhões). Adicionalmente, tivemos uma redução da provisão de impostos a recolher e da provisão de contingências, em razão de variações mensais usuais no número de vendas do setor de varejo farmacêutico.

Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social totalizou R\$629,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$314,7 milhões ou 100,1%, quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, que correspondia a R\$314,3 milhões. Este aumento no capital social decorreu do aumento de capital de R\$234,1 milhões e da efetivação de um adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no valor de R\$80,6 milhões.

(Prejuízos) acumulados

Nosso saldo de Prejuízos acumulados totalizou R\$137,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, praticamente em linha quando comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, que correspondia a R\$137,6 milhões.

Demonstrações de fluxo de caixa

Comparação entre os períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

	Período de três meses findo em 31 de março de		Variações horizontais
	2020	2019	2020x2019
	(em R\$mil)		(%)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	49.166	57.619	-14,67%
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	-16.089	849	-1995,05%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-4.701	-6.487	-22,32%
Caixa líquido atividades de financiamento	31.391	-10.949	-389,79%
Aumento (diminuição) líquido no caixa e equivalentes de caixa	10.601	-16.587	-163,91%
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	59.767	41.032	45,66%

As disponibilidades de caixa da Companhia no período de três meses findo em 2020 apresentaram um aumento de R\$10,6 milhões em comparação ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, decorrentes de R\$5,0 milhões aplicados nas atividades de investimento, por R\$31,7 milhões gerados nas atividades de financiamento e R\$16,1 milhões consumidos nas atividades operacionais. A administração não visualizou impactos significativos decorrentes da pandemia do COVID-19 no fluxo de caixa referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, uma vez que esses impactos atingiram mais os meses de abril, maio e junho de 2020.

Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou um fluxo negativo de R\$16,1 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020, comparado a um fluxo positivo de R\$0,8 milhão no período de três meses findo em 31 de março de 2019. Essa variação de R\$16,9 milhões, ou 1995%, decorreu, principalmente, da piora na geração interna de caixa em R\$3,6 milhões, sendo positivo em R\$11,7 milhões em 31 de março 2020 e positivo em R\$15,3 milhões em 31 de março 2019.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa das nossas atividades de investimento apresentou um consumo de caixa de R\$5,0 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020, comparado a um consumo de caixa de R\$6,5 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2019.

Caixa líquido atividades de financiamento

O fluxo de caixa das nossas atividades de financiamento apresentou uma geração de caixa de R\$31,7 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020, comparado a um consumo de caixa de R\$10,9 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2019. Essa variação positiva de R\$42,7 milhões ocorreu, principalmente, por (i) um maior volume de empréstimos tomados no período, sendo R\$89,3 milhões em 31 de março de 2020 e R\$24,7 milhões em 31 de março de 2019 e (ii) um maior volume de empréstimos no período de três meses findo em 31 de março de 2020, no montante de R\$22,2 milhões.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		Variações horizontais
	2019	2018	2019x2018
	(em F	R\$mil)	(%)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	57.619	46.705	23,4%
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	61.743	(35.857)	(272,2)%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(24.940)	(69.340)	(64,0)%
Caixa líquido atividades de financiamento	(45.257)	116.111	(139,0)%
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(8.453)	10.914	(177,4)%
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	49.166	57.619	(14,7)%

As disponibilidades de caixa da Companhia no ano de 2019 apresentaram uma redução de R\$8,4 milhões, decorrentes de R\$24,9 milhões aplicados nas atividades de investimento, compensados por R\$45,3 milhões gerados nas atividades de financiamento e R\$61,7 milhões gerados nas atividades operacionais.

Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou um fluxo positivo de R\$61,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um fluxo negativo de R\$35,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R\$97,6 milhões, ou 272,2%, decorreu, principalmente, da melhora da geração interna de caixa em R\$89,8 milhões, sendo positiva de R\$65,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 e negativa em R\$24,1 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa das nossas atividades de investimento apresentou um consumo de caixa de R\$24,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um consumo de caixa de R\$69,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R\$44,4 milhões deveu-se, principalmente, ao maior consumo de caixa com investimento de R\$54,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 relativo ao pagamento da última parcela do preço de aquisição da Rede Tamoio, comparado a um consumo de caixa de R\$5,0 milhões

no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, referente a uma parcela devida pela aquisição da Rede Rosário.

Caixa líquido atividades de financiamento

O fluxo de caixa das nossas atividades de financiamento apresentou um consumo de caixa de R\$45,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma geração de caixa de R\$116,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação negativa de R\$161,3 milhões ocorreu, principalmente, por (i) uma diferença negativa de R\$229,1 milhões referente ao menor volume de recursos aportados via aumento de capital no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$5,0 milhões, comparado com aportes de R\$234,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e (ii) um menor volume de empréstimos amortizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$111,1 milhões.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		Variações horizontais
	2018	2017	2018x2017
	(em I	R\$mil)	(%)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	46.705	20.631	126,4%
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	(35.857)	(109.561)	(67,3)%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(69.340)	(65.232)	6,3%
Caixa líquido atividades de financiamento	116.111	200.867	(42,2)%
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	10.914	26.074	(58,1)%
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	57.619	46.705	23,4%

As disponibilidades de caixa da Companhia no ano de 2018 apresentaram um aumento de R\$10,9 milhões, decorrentes de R\$116,1 milhões gerados pelas atividades de financiamento, que foram parcialmente compensados por R\$35,9 milhões aplicados nas atividades operacionais e R\$69,3 milhões aplicados nas atividades de investimento.

Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou um consumo de caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais de R\$35,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um consumo de caixa de R\$109,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R\$73,7 milhões, ou 67,3%, decorreu, principalmente, (i) da melhora na geração interna de caixa em R\$30,2 milhões, sendo negativo em R\$24,1 milhões em 31 de dezembro 2018 e negativos em R\$54,9 milhões em 31 de dezembro 2017; (ii) pela redução na necessidade de capital de giro em R\$11,1 milhões sendo em 31 de dezembro de 2018 negativos em R\$4,7 e em 31 de dezembro de 2017 em R\$15,8 milhões e (iii) uma redução de impostos a recolher em R\$12,6 milhões sendo R\$2,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 e negativo em R\$10,5 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa das nossas atividades de investimento apresentou um consumo de caixa de R\$69,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a um consumo de caixa de R\$65,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação de R\$4,1 milhões deveu-se, principalmente, ao maior consumo de caixa com investimento de R\$54,5

milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 referente ao pagamento da última parcela do preço de aquisição da Rede Tamoio, comparado a um consumo de caixa de R\$50,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 também referente a pagamento de parcela devida a aquisição da Rede Tamoio , o que representou uma variação negativa de R\$3,9 milhões. As adições ao imobilizado e ao intangível completam as atividades de investimento e se mantiveram no mesmo patamar de cerca de R\$14 milhões durante os dois exercícios.

Caixa líquido atividades de financiamento

O fluxo de caixa das nossas atividades de financiamento apresentou uma geração de caixa de R\$116,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a uma geração de caixa de R\$200,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação negativa de R\$84,8 milhões ocorreu, principalmente, por (i) um menor volume de empréstimos captados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que totalizou uma geração de caixa de R\$145,9 milhões comparado a uma geração de caixa de R\$316,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que impactou negativamente a geração de caixa em R\$170,2 milhões na comparação entre estes períodos e (ii) por um maior volume de pagamentos de empréstimos (amortização e juros) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$264,0 milhões, quando comparado aos mesmos pagamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$197,2 milhões, gerando um efeito negativo no caixa de R\$66,8 milhões. A redução na geração de caixa foi parcialmente compensada por uma diferença positiva de R\$152,1 milhões referente ao maior volume de recursos aportados via aumento de capital no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$234,1 milhões, comparado com aportes de R\$82,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de três meses findo em 31 de março de 2020, nossa receita foi composta substancialmente pela venda de medicamentos (marca e genéricos), *over the counter* (OTC), não medicamentos (perfumaria, produtos de higiene pessoal, cosméticos e dermocosméticos). Desenvolvemos nossas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisão.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A atuação da nossa Companhia é voltada à comercialização, no varejo, com abrangência regional, de medicamentos - que engloba medicamentos *branded* (medicamentos sujeitos à prescrição médica), medicamentos genéricos e medicamentos *OTC* (*over-the-counter*), produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos e produtos de conveniência. Assim, nossos resultados operacionais dependem de condições macroeconômicas e sofrem impacto por fatores como:

- (i) Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores: Nossa indústria de varejo é sensível a reduções no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, que nos anos de 2019, 2018 e 2017 apresentou variação de 1,1%, 1,1% e 1,0%, respectivamente, refletem um pequeno avanço na perspectiva econômica do país. A taxa média anual de desemprego no Brasil também é um bom indicador macroeconômico que reflete possíveis oscilações de demandas do país.
- (ii) Inflação: Apesar de não atribuirmos o impacto da inflação diretamente em nossa receita, podemos perceber o seu impacto principalmente em nossas despesas, como salários, contratos de aluguéis e matérias de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 4,31%, 3,75% e 2,95% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente. Para mais informações sobre os impactos da inflação na nossa receita, vide item 10.2(b) e 10.2(c) deste Formulário de Referência.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O Preço Fábrica dos Medicamentos é reajustado pelo Governo Federal anualmente no mês de abril, com base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 o reajuste médio de preços ao consumidor foi de 4,33%, 2,43% e 4,76%, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro a Companhia, quando relevante

Visto que todos os nossos passivos e despesas operacionais estão denominados em Reais, o nosso resultado de operações e situação financeira não são diretamente afetados pela variação da taxa de câmbio Real x Dólar.

Estamos sujeitos às leis federais que impõem controle de preços a maioria dos produtos farmacêuticos que vendemos. Os preços que podemos cobrar sobre esses produtos estão sujeitos ao limite reajustado anualmente de acordo com os termos da lei federal para refletir as mudanças da inflação. Esse controle de preço afetar a nossa lucratividade. Não é possível prever se o Governo Federal irá impor controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos no futuro, o que poderia nos afetar adversamente.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da nossa Companhia informaram que nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das nossas atividades nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de três meses findo em 31 de março de 2020.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores da nossa Companhia informaram que nenhum participação societária foi constituída, adquirida ou alienada nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de três meses findo em 31 de março de 2020.

c. eventos ou operações não usuais

Os Diretores da nossa Companhia informaram que não ocorreram eventos ou operações não usuais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de três meses findo em 31 de março de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

IFRS 16

Em 1º de janeiro de 2016 o *International Accounting Standard Board* (IASB) emitiu o IFRS 16 – *Leases*. Já em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019, em substituição a IAS 17 / CPC 06 – *Operações de Arrendamento Mercantil*.

A nova IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O CPC06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Abaixo estão descritos os principais efeitos decorrentes da alteração introduzida pelo IFRS 16:

(i) Arrendamentos em que a Companhia é uma arrendatária:

A Companhia reconheceu novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais basicamente de lojas e centro de distribuição. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudou porque a Companhia reconheceu um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

(ii) Transição

A Companhia aplicou o CPC 06(R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 foi reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que há um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas.

A Companhia teve com a adoção da norma CPC 06 (R2) / IFRS 16 os seguintes impactos iniciais:

• Reconhecimento de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento; e

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

• Aumento do EBITDA (Resultado operacional).

A Companhia reconheceu os seguintes valores na data de transição em 1° de janeiro de 2019:

Ativo		137.789
Direito de uso de ativos		137.789
Passivo Circulante		
Compromissos	de	(74.573)
Arrendamentos Operaciona		
Total Passivo Circulante	(74.573)	
Passivo Não Circulante		
Compromissos	de	(97.321)
Arrendamentos Operaciona		
Total Passivo Não Circular	(97.321)	
Passivo		(171.894)
IR Diferido	11.071	
Impacto Patrimônio Líquid	lo	(23.034)

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Bases para opiniões com ressalva

Não houve ressalvas no parecer do auditor.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais Não houve ressalvas no parecer do auditor.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas Não houve ressalvas no parecer do auditor.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos, para determinadas operações, e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no nosso histórico, e em outros fatores considerados relevantes. Tais premissas são revisadas periodicamente pela nossa administração, cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação, e que podem afetar materialmente a nossa situação financeira e os nossos resultados.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A nossa Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de seus negócios, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. As provisões para essas contingências são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda dos processos cíveis, consumidor, trabalhista e tributários em que a nossa Companhia é parte, inicialmente, considera os seguintes pontos: (i) evidências disponíveis; (ii) hierarquia das leis; (iii) posição jurisprudencial; e (iv) o parecer de nossa assessoria jurídica, que são revisados por nossa equipe jurídica interna. Destacamos que estas provisões são ajustadas periodicamente, a fim de refletir mudanças circunstanciais, tais como a evolução em termos da natureza dos processos, entendimentos jurisprudenciais recentes, prazo de prescrição aplicável e documentação disponível.

Historicamente, as ações judiciais em que somos parte resultam em um valor diferente do previsto inicialmente. Caso nós provisionemos todos os processos com o valor original da ação, podemos apresentar um valor provisionado sub ou superestimado. Por essa razão, nossos Diretores entendem que essa é uma política contábil crítica e que devemos efetuar estimativas constantes para refletirmos da melhor maneira o valor provável.

Ágio na aquisição da rede Tamoio, CSB e Rosário

A administração da nossa Companhia definiu cada drogaria, separadamente, como uma unidade geradora de caixa (UGC) com o objetivo de alocar essas UGCs ao ágio para fins de redução ao valor recuperável, uma vez que todas as operações foram integradas posteriormente ao processo de aquisição (gestão, sistemas, processos, etc.) e se beneficiam das sinergias das combinações. Todas essas UGCs foram alocadas a todo o saldo do ágio no montante de R\$436.251,00 em 31 de dezembro de 2019.

Em função da pandemia do COVID-19, o teste de redução ao valor recuperável do ágio realizado em 31 de dezembro de 2019 foi atualizado para data base 31 de março de 2020, conforme premissas dispostas na nota explicativa nº 15 das nossas informações financeiras referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020. O crescimento da receita foi projetado levando em consideração o potencial de crescimento de mercado do varejo farmacêutico e a capacidade do Grupo d1000 Varejo Farma de capturar parte deste potencial de mercado. De acordo com este novo teste, em 31 de março de 2020, não foi identificada perda por redução ao valor recuperável.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não possuímos informações ou itens relevantes que não estejam evidenciadas nas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não possuímos informações ou itens relevantes que não estejam evidenciadas nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que nossas demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes de nossas operações, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i.descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O nosso plano de negócios que se encontra descrito abaixo está baseado na captação de recursos por meio da nossa oferta pública primária de ações, divulgada ao mercado em 15 de julho de 2020. Assim, a execução do nosso plano de negócios está diretamente relacionada ao sucesso da referida oferta pública primária de ações, tendo em vista a dependência dos recursos a serem captados no âmbito da mencionada oferta pública. Adicionalmente, conforme descrito no item 10.8(a)(ii) abaixo, em não havendo a nossa oferta pública de ações, o plano de negócios de nossa Companhia será redimensionado. Caso a nossa oferta pública seja efetivamente concluída conforme previsto, parte de nossos investimentos futuros será dedicado majoritariamente à abertura de novas lojas, mas também à reforma e incremento da área de vendas de parte das lojas já existentes. Pretendemos executar o plano de expansão e inaugurar novas lojas em cidades que ainda não estamos presentes e aumentar nossa participação naquelas onde já possuímos lojas. Sendo assim, já existem 400 locais mapeados por nosso time, que preenchem os nossos requisitos para a abertura de lojas das nossas bandeiras.

Conforme informado nos itens 4.1, 7.1, 10.1 e 10.9 deste Formulário de Referência, os efeitos decorrentes da pandemia do COVID-19 impactaram adversamente, em maior grau, nossas operações nos meses de abril, maio e junho de 2020. Entretanto, na data deste Formulário de Referência, a nossa administração não vislumbra quaisquer alterações em nosso plano de expansão em decorrência dos impactos do COVID-19. Acreditamos, entretanto, que a pandemia do coronavírus poderá impactar o setor imobiliário gerando melhores oportunidades para locação. Assim, além dos investimentos em novas lojas e reformas, pretendemos continuar investindo em projetos, tecnologias e infraestruturas para suportar a sua estrutura atual e a estratégia de crescimento.

ii.fontes de Financiamento dos investimentos

Os Diretores da nossa Companhia afirmaram que as principais fontes de financiamento que utilizamos para nossos investimentos em andamento foram o caixa gerado por nossas operações e recursos de nossos acionistas. Adicionalmente, a nossa Companhia passa por um processo de registro de oferta pública primária de ações. Caso a nossa oferta pública de ações seja efetivamente realizada, seus recursos serão utilizados para, nos termos divulgados no âmbito da referida oferta, abertura de lojas, em linha com os nossos investimentos previstos no item "i" acima. Em não havendo nossa oferta pública de ações, o plano de negócios de nossa Companhia será redimensionado.

iii.desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os Diretores da nossa Companhia informaram que até o momento não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Os Diretores da nossa Companhia informaram que não há aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
- iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os Diretores da nossa Companhia esclarecem que a mesma não possui novos produtos.

10.9 – Outros fatores com influência relevante

Em 25 de setembro de 2016, a Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. ("<u>Profarma</u>"), nossa acionista controladora, e a Nice RJ Participações S.A., sociedade controlada por nós ("<u>Nice</u>"), celebraram com a Brasil Pharma S.A. ("<u>BRPH</u>") e com a Rede Nordeste Farmácias S.A. ("<u>RNF</u>") o Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças ("<u>Contrato</u>"), com o propósito de adquirir a totalidade das ações e quotas representativas da totalidade do capital social da Drogaria Rosário S.A. ("<u>Rosário</u>") e da Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. ("<u>COF</u>), sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes. Satisfeitas as condições precedentes, assumimos o controle das operações da Rosário e da COF em 11 de novembro de 2016.

Pela aquisição de Rosário e COF, a Nice se comprometeu a pagar um determinado preço de aquisição ("Preço de Aquisição"), o qual foi determinado após a verificação das posições de caixa, endividamento e capital de giro da Rede Rosário em 30 de setembro de 2016, partindo de um *enterprise value* de R\$173.484.001,00, ajustado para baixo por eventuais indenizações devidas pela BRPH à Nice. Adicionalmente, a BRPH poderia fazer jus a um prêmio de R\$15.000.000,00 atrelado ao desempenho da Rosário, caso a receita bruta acumulada da Rosário atingisse R\$2.250.000.00,00 no período de 36 meses ("*Earn-out*").

Como garantia do fiel e integral pagamento do Preço de Aquisição, Nice alienou, fiduciariamente, em favor da BRPH ações e quotas representativas da totalidade do capital social das Sociedades ("<u>Alienação Fiduciária</u>"). Na Data de Fechamento, a Nice realizou o pagamento da primeira parcela do Preço de Aquisição, sendo que o restante ("<u>Saldo Remanescente</u>") estava previsto para ser quitado em 18 de novembro de 2019.

Em 16 de novembro de 2017, a Nice recebeu da BRPH uma notificação que dava ciência de que o Saldo Remanescente havia sido cedido, a título oneroso, para o Banco BTG Pactual S.A. ("Cessionário" e "Cessão do Saldo Remanescente", respectivamente). Em razão da Cessão do Saldo Remanescente, as Partes realizaram dois aditamentos à Alienação Fiduciária de forma que as obrigações garantidas passaram a ser as seguintes: (i) obrigações assumidas pela Nice que foram cedidas pela BRPH ao Cessionário, qual seja a obrigação de pagamento do Saldo Remanescente; e (ii) obrigações assumidas pela Nice perante a BRPH que não foram cedidas ao Cessionário, quais sejam: (a) o pagamento integral do Earn-out, (b) o pagamento integral de eventuais valores recebidos e/ou aproveitados pela Nice relacionados a determinadas contingências ativas, e (c) o pagamento integral de eventuais valores recebidos pela Nice a título de reembolso de garantias judiciais eventualmente desembolsados pela BRPH (em conjunto, as "Obrigações Garantidas BRPH").

Em 13 de dezembro de 2019, a Nice e a Profarma celebraram com o Cessionário instrumento de confissão de dívida ("Confissão de Dívida"), por meio do qual: (i) ficou estabelecido uma parcela no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a ser paga pela nossa subsidiária Nice, a qual foi integralmente quitada em 17 de dezembro de 2019; (ii) ficou estabelecido o alongamento do prazo para pagamento do Saldo Remanescente, o qual será quitado mediante o pagamento de 15 parcelas trimestrais, sujeitas a correção de 110% CDI no período, no valor de R\$1,0 milhão cada, iniciando em 01/04/2020 e encerrando em 01/10/2023; e (iii) o Cessionário assinou o Termo de Liberação de Garantia, por meio do qual concedeu à Nice a liberação total, irrevogável e irrestrita da Alienação Fiduciária.

Diante da celebração da Confissão de Dívida, a Alienação Fiduciária atualmente garante apenas o pagamento de eventual *Earn-out* ou valores decorrentes de Obrigações Garantidas em favor da BRPH. Apurados os termos do Contrato e realizados os cálculos necessários para verificar eventuais valores devidos à BRPH, a nossa Companhia entende que (i) não há valor de *Earn-out* a ser pago no contexto da aquisição de COF e Rosário; (ii) não há quaisquer valores a serem reembolsados à BRPH a título de contingência ativa ou de garantias judiciais eventualmente desembolsados pela BRPH; e (iii) os valores recebidos pela Nice a título de reembolso de garantias judiciais eventualmente desembolsados pela

BRPH totalizam de R\$95.247,17.

Na data deste Formulário de Referência, a Nice estava em tratativas com o auditor responsável pela validação do cálculo do Earn-out (em linha com os procedimentos previstos no Contrato) para, na sequência, realizar o pagamento dos valores devidos e consequente obtenção, da BRPH, da liberação da Alienação Fiduciária.

Análise dos impactos do COVID-19 em nossas atividades

Conforme descrito no item 4.1 - "O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do novo coronavírus (COVID-19), provocou e continuará provocando um efeito adverso em nossas operações, inclusive paralisando integralmente ou parcialmente as nossas operações. A extensão da pandemia do COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios (quer do ponto de vista micro, quer do ponto de vista macroeconômico) depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.", as nossas operações, bem como as operações das sociedades direta ou indiretamente controladas por nós sofreram e continuam a sofrer um impacto relevante em razão das medidas de restrição à circulação de pessoas adotadas como consequência da pandemia do COVID-19. Além disso, acreditamos que a pandemia provocada pelo novo coronavírus continuará a afetar negativamente nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais, liquidez e fluxos de caixa. Acreditamos ainda que a extensão dos impactos da pandemia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis.

Esses eventos adversos impactaram em maior grau as nossas operações nos meses de abril, maio e junho de 2020, ou seja, meses relacionados ao segundo trimestre de 2020. Por essa razão, os impactos financeiros da pandemia do COVID-19 ainda não estão devidamente dimensionados neste Formulário de Referência, visto que nós ainda não preparamos nossas informações financeiras trimestrais referentes ao segundo trimestre de 2020. Dessa forma, na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar a extensão dos impactos do COVID-19, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da nossa Companhia continuar operando nossos negócios. Não obstante, é importante destacar que o mercado de atuação da nossa Companhia – o varejo farmacêutico – já apresentou em cenários pretéritos de crise considerável resiliência, tendo em vista a essencialidade dos produtos comercializados.

Os impactos decorrentes do surto do COVID-19 são contínuos e, portanto, avaliaremos a evolução dos efeitos da atual pandemia em nossas receitas, ativos, resultados, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível alteração na nossa capacidade de continuar operando nossos negócios. As nossas análises realizadas no âmbito da elaboração das informações financeiras trimestrais referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020 foram realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis. No mesmo sentido, as nossas análises futuras observarão o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020.

Do ponto de vista gerencial, conseguimos constatar que as medidas de distanciamento social tomadas a partir de março de 2020 em todo território nacional como forma de conter a disseminação do COVID-19 diminuíram de forma relevante a circulação de pessoas em vias comuns, *shoppings*, aeroportos, universidades, hospitais, prédios comerciais, entre outros locais públicos. Em março de 2020, a nossa administração fechou, por tempo indeterminado, 27 das nossas atuais 196 lojas, o que teve impacto direto e relevante em nossas operações e resultados financeiros. No mês de março de 2020, em

comparação ao mês de março de 2019, tivemos um aumento de 3,0% em nossa Receita Bruta. Durante o mês de maio, após autorização da abertura dos shoppings centers do Distrito Federal e reavaliação criteriosa e cautelosa, iniciamos a reabertura gradual de nossas lojas que foram fechadas em razão da pandemia do COVID-19, sendo que em 10 de junho de 2020, das 27 lojas fechadas, 07 já haviam retomado suas operações. Não obstante essa reabertura limitada, não podemos prever se e em que medida os clientes voltarão a ir a *shoppings*, áreas de grande circulação ou a outros pontos de venda (incluindo nossas lojas), tendo em vista o impacto contínuo do vírus COVID-19.

Nessa realidade, fortalecemos as nossas alternativas de *call center/ delivery*, sendo que em abril 72 lojas estavam atendendo por esse canal (comparado a 44 lojas no início de maio). Em abril de 2020, o canal *call center/ delivery* representou 12% do total de nossas vendas do mês, valor em torno de quatro vezes maior àquele verificado ao mês de fevereiro.

Monitoramos diariamente o faturamento de nossas operações, o que nos possibilita antever, em certa medida, o impacto da pandemia do COVID-19 em nossas atividades. No segundo trimestre de 2020, em comparação o mesmo trimestre de 2019, tivemos uma queda de aproximadamente 24,3% em nossas vendas. Dessa forma, a nossa administração acredita que o resultado líquido referente ao período de três meses findo em 30 junho de 2020 foi impactado negativamente e de forma relevante.

Estamos monitorando os desdobramentos da pandemia em razão da disseminação global do COVID-19, com o objetivo de preservar a nossa segurança, de nossos colaboradores, fornecedores e clientes, bem como mapeando os reflexos da pandemia em nossos negócios. Não temos como prever quando as medidas de distanciamento social deixarão de ser necessárias, e, em nosso entendimento, a recuperação do volume de vendas nas nossas operações deverá acontecer de forma gradual, uma vez que tais medidas de distanciamento social sejam reduzidas e, gradualmente, se tornem inexistentes.

Adicionalmente, em atenção às orientações da CVM no âmbito do processo de registro de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de nossa Companhia e com o propósito de assegurar maior transparência ao mercado em geral a respeito dos efeitos financeiros resultantes das restrições impostas por autoridades governamentais nas operações de varejo para controlar a disseminação do COVID-19, informamos que, em caráter excepcional e preliminar, encontram-se divulgadas abaixo neste Formulário de Referência determinadas informações financeiras de nossa Companhia referentes ao período subsequente ao trimestre findo em 31 de março de 2020 ("Informações Financeiras Antecipadas"). Nesse sentido, em conformidade com os princípios de abrangência e equidade previstos no artigo 16 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, informamos que em 10 de junho de 2020, das nossas 27 lojas fechadas, 07 já haviam retomado nossas operações, e, em 30 de junho de 2020, a Dívida Líquida de nossa Companhia totalizou R\$203,0 milhões. No mês de abril de 2020, a nossa Receita Bruta foi de R\$74,0 milhões (comparado a R\$99,0 milhões em abril de 2019). Já no mês de maio de 2020 foi de R\$77,9 milhões (comparado a R\$104,8 milhões em maio de 2019). E no mês de junho de 2020 foi de R\$78,0 milhões (comparado a R\$99,7 milhões em junho de 2019), totalizando uma Receita Bruta no valor de R\$229,9 milhões, no período compreendido entre 1 de abril de 2020 (inclusive) e 30 de junho de 2020 (inclusive), representando uma diminuição de 24,3% se comparado à Receita Bruta no valor de R\$303,6 milhões no período compreendido entre 1 de abril de 2019 (inclusive) e 30 de junho de 2019 (inclusive). Em consonância com a regulamentação aplicável, a nossa administração salienta que as Informações Financeiras Antecipadas são preliminares uma vez que ainda não foram revisadas pelos nossos auditores independentes, estando, portanto, sujeitas a alterações.

Adicionalmente, adotamos algumas medidas como forma de minimizar os impactos da pandemia do COVID-19 no nosso caixa, conforme destacamos na sequência. Os nossos Diretores reportaram que a nossa Companhia conseguiu manter suas necessidades de capital de giro dentro dos limites de crédito disponíveis até data deste Formulário de Referência, sem prejudicar a capacidade de pagamento frente aos compromissos de curto e longo prazo assumidos. Ainda, durante esse período, os Diretores não verificaram dificuldades na obtenção e/ou acesso a renovações de linhas de crédito junto a instituições financeiras.

Nossas medidas adotadas em decorrência do COVID-19

Para lidarmos de forma mais eficiente contra os impactos do COVID-19, instauramos um comitê temporário e não estatutário de crise, composto por subcomitês, que acompanham os desdobramentos da pandemia e avaliam as medidas necessárias para a nossa Companhia.

Como forma de minimizar os impactos da pandemia do COVID-19 em nossos negócios, adotamos as seguintes medidas:

• Preservação de Caixa

- Redução de custos e despesas operacionais para adequação diante da demanda reduzida nos meses de abril, maio e junho 2020.
- Redução de custos e de despesas administrativas.

Negócios

- Expansão do serviço de call center/ delivery, com aumento de venda em 285% pré e pós-Covid-19.
- Antecipação do lançamento do aplicativo e da plataforma *e-commerce*, com previsão para o segundo trimestre de 2020.

Renegociações

 Revisão e negociação em andamento do contrato de aluguel de lojas em função do fechamento obrigatório relacionado as medidas de distanciamento social impostas pelo governo.

• Colaboradores

- Antecipação de 25% do 13º salário para todos os nossos colaboradores de lojas e CDs.
- Adoção de algumas medidas aprovadas na MP 936 como suspensão temporária do contrato de alguns colaboradores e redução de jornada para outros.

Saúde

- Criação de um canal exclusivo para acompanhamento dos casos suspeitos da doença, com uma equipe médica e assistentes sociais para apoio a colaboradores e familiares.
- Comunicados e treinamentos frequentes sobre prevenção, higiene e cuidados com a saúde.
- Distribuição de *kits* de prevenção (álcool gel, luvas e máscaras) para nossos colaboradores.
- Monitoramento de casos suspeitos e confirmados e de colaboradores que tiveram contato direto com casos positivos.
- Implementação de protocolos de biossegurança nos estabelecimentos.
- Adequação físicas das lojas para promover a segurança no atendimentos aos clientes.
- Organização de campanhas de vacinação nos CDs e das lojas com idade acima de 39
- Afastamento do local de trabalho dos colaboradores pertencentes aos grupos de risco.
- Home office para a área corporativa, equipes de venda e propaganda média.
- Reuniões entre colaboradores e lideranças realizadas através de plataformas digitais.
- Suspensão de viagens para todos os colaboradores.

 Controle de fluxo de pessoas em loja, com corredor de isolamento, para manter a distância recomendada.

• Comunidade

- Lançamento da campanha de solidariedade Profarma e UNICEF, através do Instituto Profarma de Responsabilidade Social, para ajudar as comunidades mais vulneráveis ao COVID-19.
- Doação de álcool em gel distribuídos para Instituto Fernandes Figueira (RJ), Hospital Universitário Antônio Pedro (RJ) e Abrace/Hospital da Criança (DF).
- Distribuição de kits de higiene, com o apoio de fornecedores, para as centenas de famílias assistidas pelo Instituto Profarma de Responsabilidade Social e a outras que se encontram em vulnerabilidade social no Rio de Janeiro e Distrito Federal.
- Criação de protocolos para orientação de colaboradores e clientes, com base nas determinações da OMS, do Ministério da Saúde, da Anvisa e da Abrafarma.
- Criação do "Projeto Webinar Profarma" com frequência semanal para levar conteúdo relevante sobre a pandemia do COVID-19.

No entendimento da nossa administração, as medidas tomadas até o momento — e que estão em constante reavaliação — buscam manter o nível de serviço e qualidade operacional que prezamos em nossas operações, além de buscar assegurar a saúde e bem-estar dos nossos colaboradores, fornecedores e clientes e da sociedade como um todo, apoiando o cumprimento das medidas determinadas pelas autoridades públicas. Ainda, apesar de estarmos presenciando um momento de incertezas, em que não é possível precisar seus impactos, bem como seu prazo de duração, no entendimento da nossa administração, tais medidas buscam suportar, a evolução da nossa Companhia nesse período.